



O país e a família através das crianças – ensaio exploratório

Autoras:

Ana Nunes de Almeida, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, ana@ics.ul.pt

Isabel Margarida André, Departamento de Geografia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, isabel.andre@netcabo.pt

Resumo:

Nos anos 90, os estudos sociológicos sobre as crianças conhecem um *boom* considerável em toda a Europa, arranque que se pressente então também em Portugal. O acesso à visibilidade estatística desta franja de população é uma condição básica para o reforço e consistência das perspectivas teóricas e metodológicas inovadoras sobre a infância.

O que assim vos propomos, neste artigo, é um ensaio exploratório sobre os dados do Censo 2001 em que se tomam as crianças, e não os adultos, como o centro de gravidade da análise. Esboçamos primeiro um perfil socio-geográfico da população infantil residente em Portugal contemplando a sua evolução (1981-2001), a sua distribuição territorial, estrutura etária e sexos, as suas nacionalidades. Num segundo tempo, retratamos a família das crianças a partir de alguns ângulos: distribuição por tipos de família e dimensão da fratria, estado civil e nível de instrução do pai e da mãe, condição perante o trabalho e número de horas de trabalho da mãe. O terceiro ponto privilegia a sua relação com a escola, tema que, tendo em conta o grupo etário em questão (0-14 anos) é selectivamente abordado de dois pontos de vista: a frequência do ensino pré-escolar (entre os 3 e 5 anos), o insucesso e o abandono aos 14 anos.

Palavras- Chave:

Crianças, família, escola

Abstract:

During the nineties, sociological studies about children knew a notorious boom in all Europe, and this change is also perceptible in Portugal. Their access to statistical visibility as an age group is a necessary condition to reinforce and encourage innovative theoretical and methodological approaches of childhood.

This article is an exploratory essay of *Censos 2001* data, where children (and not adults) are the centre of gravity of the analysis. First, a socio-geographical profile of resident children (0-14 years) in Portugal is outlined: their evolution (1981-2001), territorial distribution, age structure and sex, nationality is considered. Then, a portrait of the children's families is presented through certain perspectives: distribution by family

Children as the
startine point: the
country and the
family - an
exploratory review

type and phratry, civil status and education levels of fathers and mothers, labour status and hours worked by the mother. In a third section, the school link is selected: pre-school attendance (for the 3-5 years old), academic failure and school drop-out (for the 14 years old) are discussed.

Key- Words:

Children, family, school

Introdução

A entrada das crianças como objecto autónomo da investigação em ciências sociais é recente. Ao contrário de outras franjas etárias (como a juventude ou a velhice) e ao contrário do que sucede em outros campos disciplinares vizinhos (em que o caso mais paradigmático é o da psicologia), escassa atenção se lhes presta até há bem pouco tempo naqueles ramos do saber científico. Mesmo no estudo da família, até aos inícios da década de 90 do século XX, o lugar e o contributo activo das crianças no fabrico da dinâmica e dos processos familiares surgem com uma visibilidade mínima.

Não que a família tenha sido pensada sem crianças; a sua existência foi obviamente reconhecida e contabilizada em indicadores estatísticos clássicos de dimensão e morfologia familiar, enquadrada em estratégias de fecundidade conjugais, em relações de parentesco e de parentalidade assimétricas, nos orçamentos e na ocupação de tempos dos casais, por exemplo. Mas a verdade é que as crianças constituem uma espécie de público passivo, dados adquiridos de dinâmicas e interacções familiares que lhes são externas, onde os adultos (e muito em especial o casal), desempenhando um papel de primeira grandeza, são aqueles que realmente constroem a família.

Nos anos 90, o panorama começa a mudar e os estudos sociológicos sobre as crianças conhecem um *boom* considerável em toda a Europa, arranque que se pressente então também em Portugal. Não só através da pista da infância se abre um imenso campo novo de procura e de descoberta empíricas, como o desafiá-la com outras perguntas e problemas teoricamente orientados desconstrói, enriquece ou reconfigura paradigmas estabelecidos. A aposta na infância como construção social, o considerarem-se as crianças como sujeitos activos e competentes (produtores de cultura, práticas e representações) e a necessidade de introduzir na investigação o seu ponto de vista são justamente princípios de um novo modo científico de as olhar.

O acesso à visibilidade estatística desta franja de população é uma condição básica para o reforço e consistência das perspectivas teóricas e metodológicas inovadoras sobre a infância. O que assim vos propomos, neste artigo, é um ensaio exploratório sobre os dados do Censo 2001 em que se tomam as crianças, e não os adultos, como o centro de gravidade da análise. A idade biológica é aqui o critério operacional e distintivo da franja de população infantil: consideram-se crianças os indivíduos residentes no País com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos. Sabemos que não basta a idade para dela se deduzirem retratos da infância ou das infâncias em Portugal; mas a idade constituirá, certamente, uma boa pista para aproximar e enquadrar essas condições.

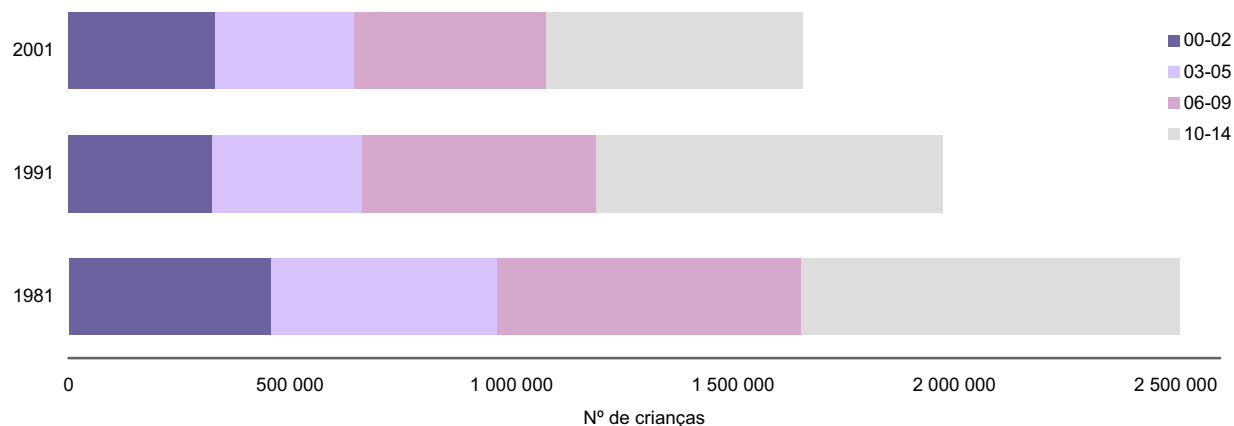
Num tom sobretudo descritivo e com propositado recurso a um registo gráfico de leitura simples, o objectivo do artigo é, por um lado, reunir e sistematizar informação inédita que permita aprofundar, na investigação científica, a abordagem da infância como categoria socialmente construída; e, por outro, fornecer a decisores e interventores referentes empíricos actualizados sobre uma categoria etária estratégica para o planeamento do futuro, dados sobre um terreno em mudança.

O texto organiza-se em torno de três pontos. Esboçamos primeiro um perfil socio-geográfico da população infantil residente em Portugal contemplando a sua evolução (1981-2001), a sua distribuição territorial, estrutura etária e sexos, as suas nacionalidades. Num segundo tempo, retratamos a família das crianças a partir de alguns ângulos: distribuição por tipos de família e dimensão da fratria, estado civil e nível de instrução do pai e da mãe, condição perante o trabalho e número de horas de trabalho da mãe. O terceiro ponto privilegia a sua relação com a escola, tema que, tendo em conta o grupo etário em questão (0-14 anos) é selectivamente abordado de dois pontos de vista: a frequência do ensino pré-escolar (entre os 3 e 5 anos), o insucesso e o abandono aos 14 anos.

1. Perfil socio-geográfico da população infantil residente em Portugal

Figura 1

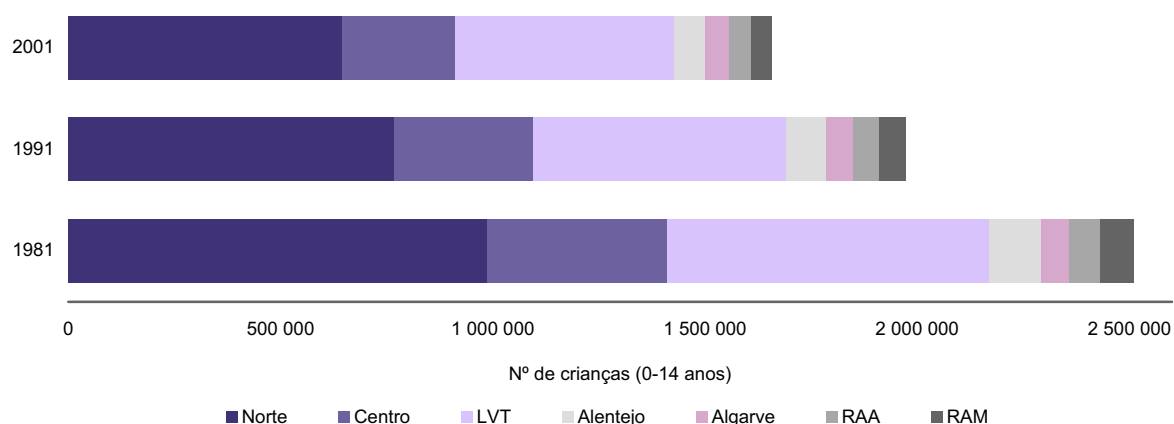
Evolução do número de crianças por Grupos etários, Portugal, 1981-2001



Residem actualmente em Portugal cerca de 1 milhão e 600 mil crianças, número que é drasticamente inferior ao de há 20 anos atrás (2 milhões e 500 mil...). A queda de efectivos, que atinge todos os grupos etários, é sobretudo vincada na década de 80 (com uma variação negativa entre 1981-1991 da ordem dos 20%). Nota-se porém, em 2001, uma ligeira recuperação do número de bebés: o grupo dos 0-2 anos é o único que evidencia uma discreta variação positiva (1,79%) entre os dois últimos censos; por outro lado, o grupo dos 3-5 anos destaca-se, comparativamente aos mais velhos, por apresentar a menor variação negativa. São resultados obviamente colados à dinâmica da fecundidade: queda abrupta nos anos 80, com o acesso generalizado à contracepção médica e eficaz, a difusão de novos valores sobre o casal e a família, o corpo, a sexualidade e a identidade de género, a emergência da representação moderna da criança e da infância; ligeira recuperação em finais da década de 90, graças sobretudo aos comportamentos da população imigrante.

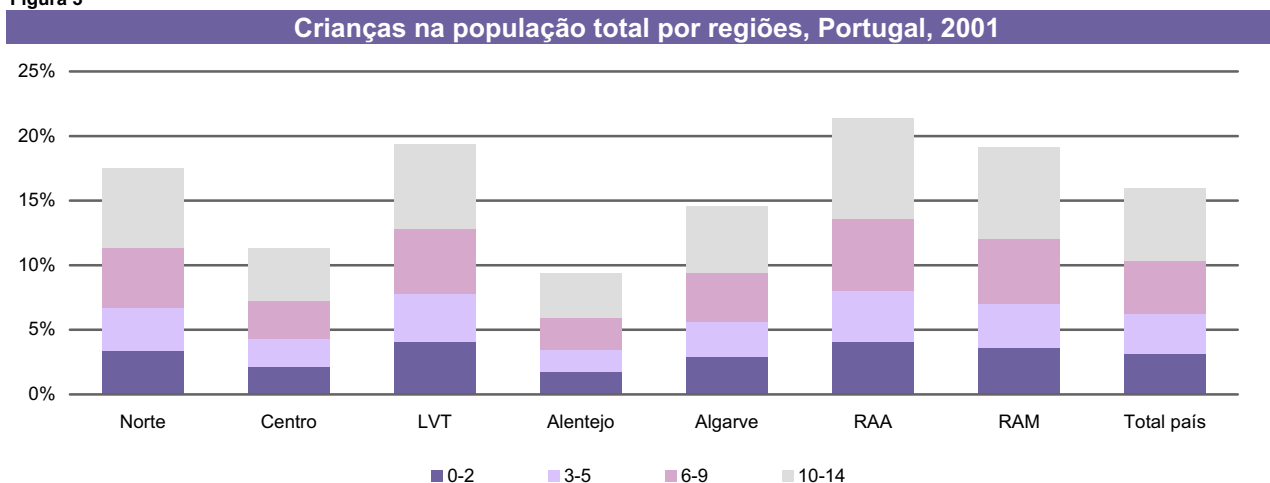
Figura 2

Evolução do número de crianças por regiões, NUTS II, 1981-2001



Tomando agora em consideração as diferentes regiões do País, notamos que a intensidade do decréscimo na década de 80 atinge-as a todas por igual (situando-se na casa dos 22%), com excepção do Algarve e da Região Autónoma dos Açores (onde os mesmos valores apenas diminuem, respectivamente, 10,5% e 13,0%). O retrato da queda é porém bem mais diversificado na década de 90: muito elevada no Alentejo e na Região Autónoma da Madeira (-24%), moderada em Lisboa e Vale do Tejo (-13,2%), mínima no Algarve (-5,3%). Descobrem-se assim, por detrás de uma forte tendência nacional, ritmos regionais diversos.

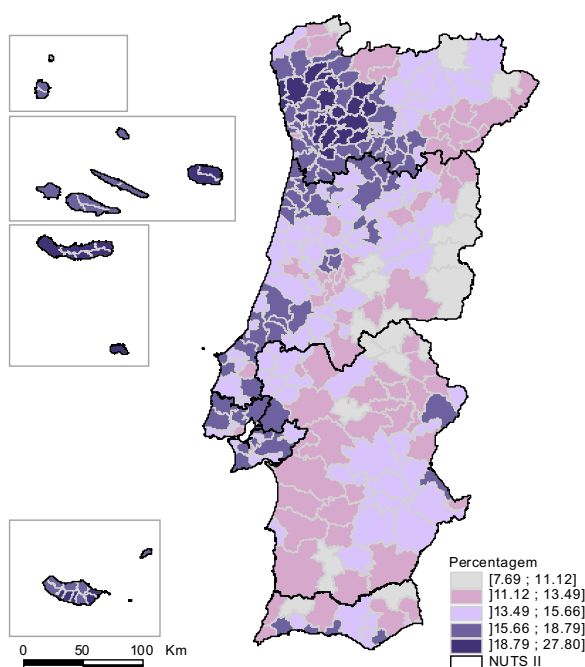
Figura 3



A Figura 3 dá-nos uma outra perspectiva curiosa da presença das crianças em Portugal por região. Situando-se a média nacional em 16%, o contraste é depois vincado entre, por um lado, as Regiões Autónomas de Açores e Madeira, mas também Lisboa e Vale do Tejo (onde as crianças representam cerca de 19% do total da população aí residente) ou ainda o Norte (18%) e, por outro, o Alentejo (9,4%) e a Região Centro (11%). O destaque da presença infantil na região que inclui a capital, aqui colada aos tradicionais pólos férteis das ilhas atlânticas, merece ser sublinhado e relacionado com os movimentos migratórios que a tomam como destino.

Mapa 1

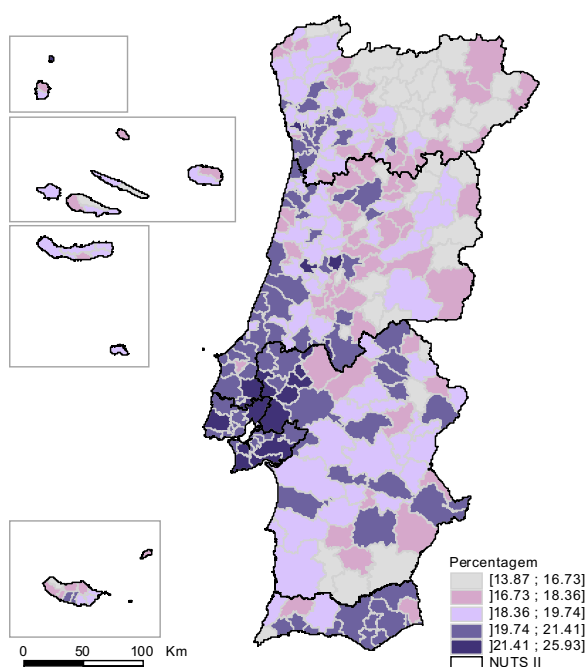
**As crianças na população residente,
por concelho, 2001**



O Mapa 1 toma o concelho como unidade de referência e permite detalhar a imagem anterior, nomeadamente no que se refere ao Continente. Distingue claramente duas manchas litorais: uma contínua, densa e circular a Noroeste, onde se destacam os concelhos com os valores máximos nacionais; outra, em torno da capital, formando uma mancha mais irregular. No litoral algarvio e na fronteira alentejana com Espanha surgem também áreas pontuais onde a percentagem de crianças na população total é elevada. Enquanto a primeira mancha (Norte Litoral) corresponde à permanência de relativamente elevadas taxas de fecundidade da população nacional, a segunda (à volta de Lisboa) reflecte sobretudo a alta fecundidade da maioria das comunidades imigrantes aí instaladas, acontecendo o mesmo em alguns concelhos algarvios.

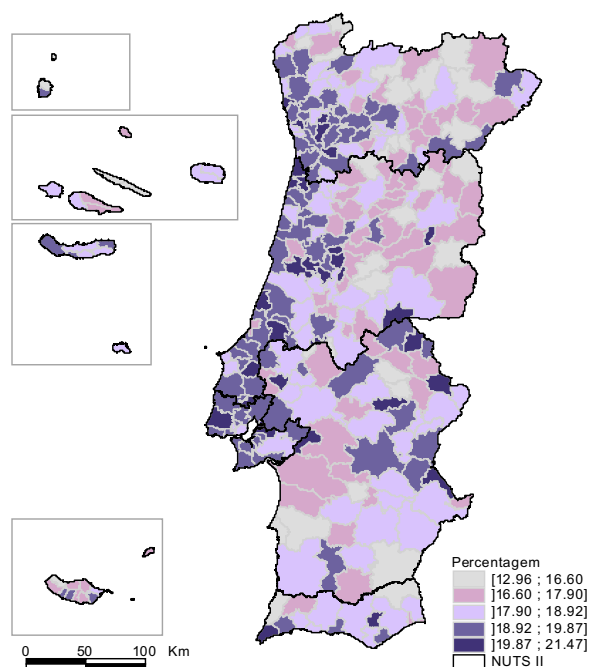
Mapa 2

Crianças dos 0-2 anos, por concelho, 2001 (percentagem no total de crianças)



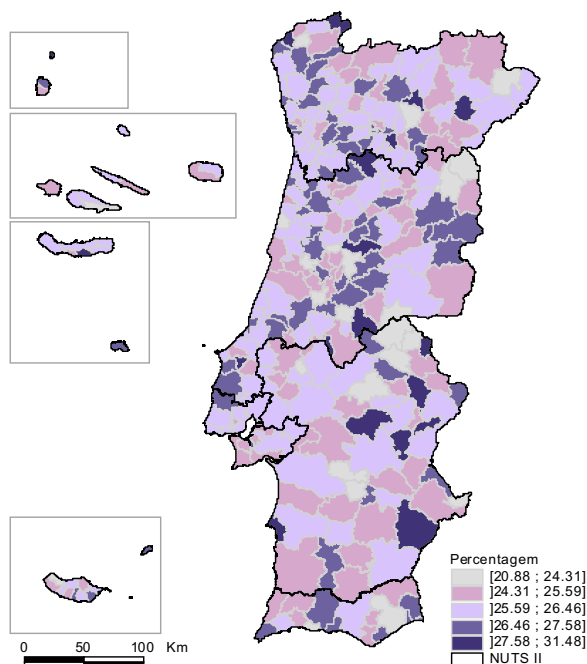
Mapa 3

Crianças dos 3-5 anos, por concelho, 2001 (percentagem no total de crianças)



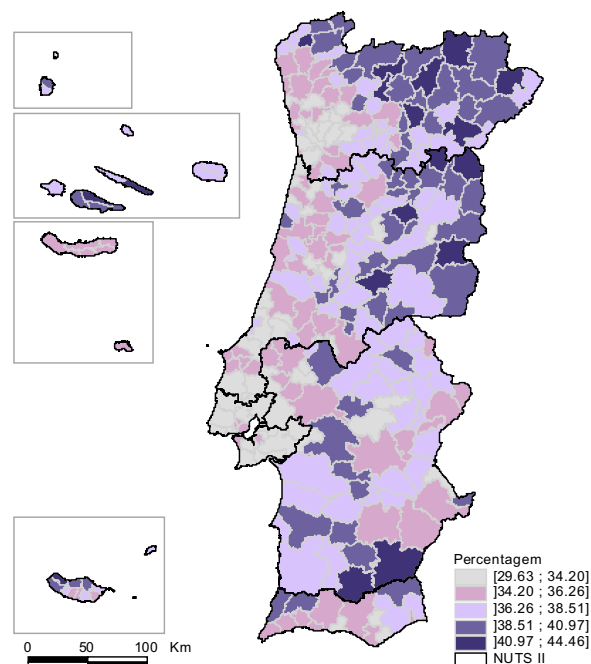
Mapa 4

Crianças dos 6-9 anos, por concelho, 2001 (percentagem no total de crianças)



Mapa 5

Crianças dos 10-14 anos, por concelho, 2001 (percentagem no total de crianças)

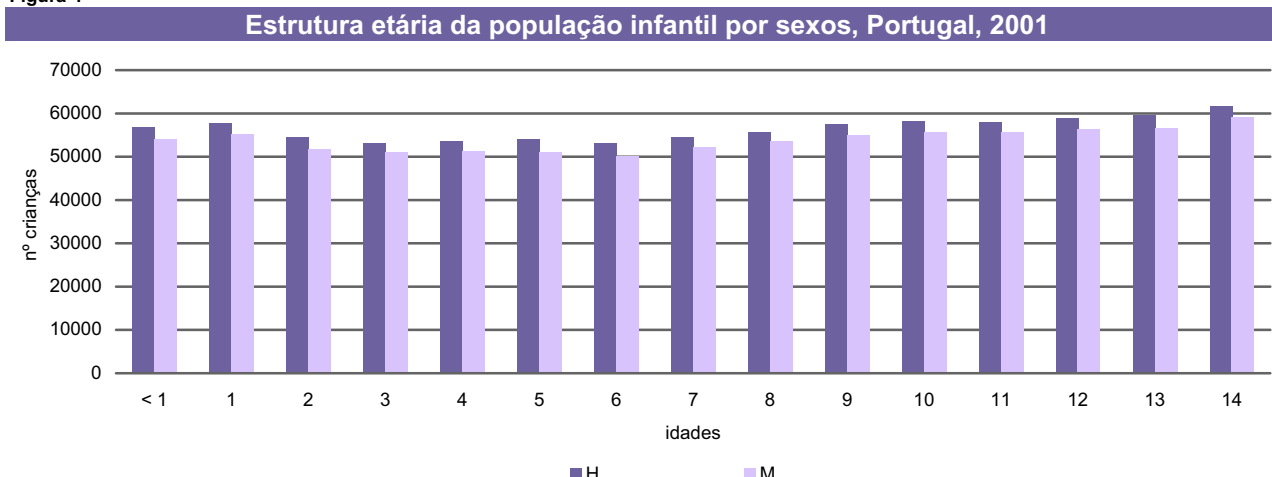


Os Mapas 2 a 5 dão-nos uma outra perspectiva da distribuição concelhia dos diversos grupos etários infantis, a qual está longe de obedecer a um mesmo padrão. Para a franja de bebés (0-2 anos) sobressai, muito claramente, a região da capital. O grupo dos 3-5 anos tende a marcar presença sobretudo ao longo da costa atlântica a norte do Sado, despontando também em alguns concelhos algarvios e em outros concelhos do interior. Já o mapa 4, referente ao peso percentual das crianças com 6-9 anos, revela uma sua distribuição mais irregular e dispersa por todo o território nacional (tanto litoral/interior, como norte/sul). Por último, o Mapa 5 regista uma imagem

quase oposta à do primeiro: as crianças dos 10 aos 14 anos têm maior expressão relativa nas ilhas e em áreas do interior do País, formando uma malha densa em concelhos do Centro e Norte Interior.

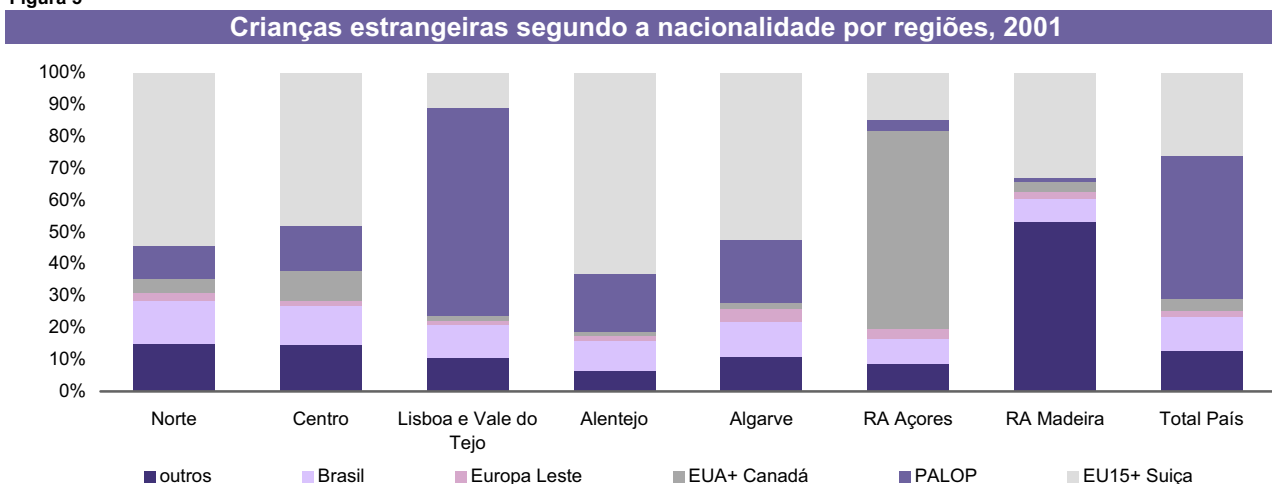
Estes quatro mapas indiciam o cruzamento de duas tendências de evolução da população infantil. Poder-se-ia quase dizer que, sem imigração, o País apresentaria todo ele em 2001 uma sobre-representação das crianças mais velhas. De facto, isto não acontece porque as mulheres imigrantes (sobretudo as africanas) transportam consigo os modelos de fecundidade dos seus países de origem, ainda que matizados pelos novos contextos de vida. Assim, a uma tendência que se vinha desenhando claramente no sentido do decréscimo acentuado do número de crianças, junta-se uma outra de sentido contrário protagonizada pela população que vem de fora.

Figura 4



A Figura 4 permite-nos constatar que o desequilíbrio numérico entre rapazes e raparigas, a favor dos primeiros, é uma constante em todas as idades (e de resto em todas as regiões do País). Sabendo-se que a *ratio* à nascença é de 105/100 e verificando-se neste caso que ela se mantém até aos 14 anos, pode afirmar-se que no País actual, e ao contrário do que sucedia no passado, a mortalidade infantil (atingindo tradicionalmente sobretudo os rapazes) deixa de ser um factor que repõe o equilíbrio entre os dois sexos. Por outro lado, é interessante notarmos a ligeira retoma da natalidade em finais da década de 90, através da discreta disposição em U das diferentes colunas representadas na figura: o nº total de rapazes e raparigas baixa entre os 0 e os 3 anos, estabiliza até aos 7 e sobe até aos 14.

Figura 5

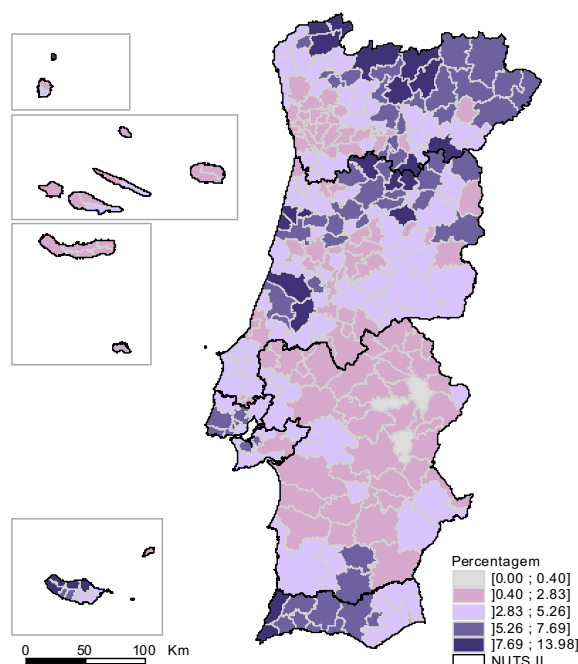


Num país que se tornou, nos anos mais recentes, receptor de movimentos migratórios, a nacionalidade é um interessante indicador de caracterização da população infantil. A percentagem de crianças estrangeiras no total da população residente portuguesa é, em 2001, cerca de 2% (o que corresponde a um valor absoluto de 33 465

indivíduos). Lisboa e Vale do Tejo (4,15%) e Algarve (4,06%) apresentam os valores máximos, enquanto a região Norte (0,85%), os Açores (0,80%) e o Alentejo (0,99%) registam os valores mínimos.

Mapa 6

Crianças de nacionalidade estrangeira no total de crianças, por Concelho, 2001



O retrato concelhio dá, apesar de tudo, uma outra imagem do País, associada aos movimentos migratórios, considerados nos seus dois sentidos – imigração e emigração. O peso dos concelhos da área metropolitana de Lisboa tende na nova escala a esbater-se, para surgirem com maior destaque os do barlavento algarvio, a Sul - manchas que correspondem claramente à imigração. Por outro lado, adquire enorme visibilidade um extenso número de concelhos do Norte e Centro, localizados especialmente no interior – manchas resultantes do retorno de emigrantes portugueses no estrangeiro ou, pelo menos, dos seus filhos.

A sua distribuição por nacionalidade mostra que neste grupo há uma esmagadora presença de crianças oriundas dos PALOP (45% do total de crianças estrangeiras residentes), seguida da de cidadãs provenientes da Europa dos 15 e da Suíça (25%); mais à distância o Brasil (11%) e, com o valor mínimo, a Europa de Leste (2%)¹. As regiões introduzem uma curiosa e marcante diversidade. A proporção de crianças brasileiras é relativamente homogénea em todas elas. O mesmo não se poderá dizer de outras nacionalidades, como se o País se encontrasse diferentemente colorido... Assim, as crianças de origem africana, filhas de “verdadeiros” imigrantes, destacam-se claramente em Lisboa e Vale do Tejo (onde representam 65% do total de crianças estrangeiras). Já as crianças de nacionalidade norte-americana e canadiana, certamente filhas de emigrantes açorianos nesses países que retornam à terra, sobressaem na Região Autónoma dos Açores, enquanto a categoria correspondente a “outros” se evidencia, por idênticas razões, na Madeira (emigrantes vindos da Venezuela e África do Sul). A sobrerrepresentação de crianças estrangeiras europeias, em todas as regiões do Continente (excepto Lisboa e Vale do Tejo) liga-se directamente ao retorno de emigrantes vindos, na sua grande maioria, de França e Alemanha.

2. As famílias das crianças

Não sendo o único, a família constitui, sem dúvida, um estratégico posto de observação sobre a criança e a infância. Até porque se sabe que um novo olhar sobre a criança é justamente um dos pilares sobre o qual se constrói a representação da família conjugal na modernidade. Dando de si a imagem de um lugar privado de troca de afectos, onde a qualidade da relação entre os indivíduos prima sobre a ordem instrumental das coisas, é esta família também que se mobiliza em torno do desafio educativo para os seus filhos. Os dados do Censo 2001 permitem tecer alguns contornos do lugar familiar onde residem as crianças...

Figura 6

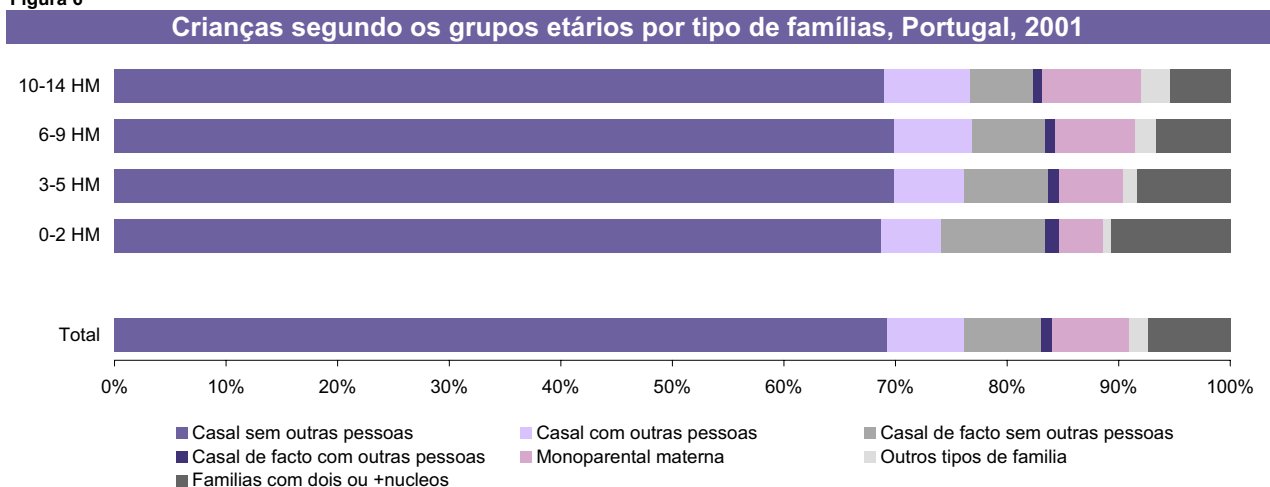
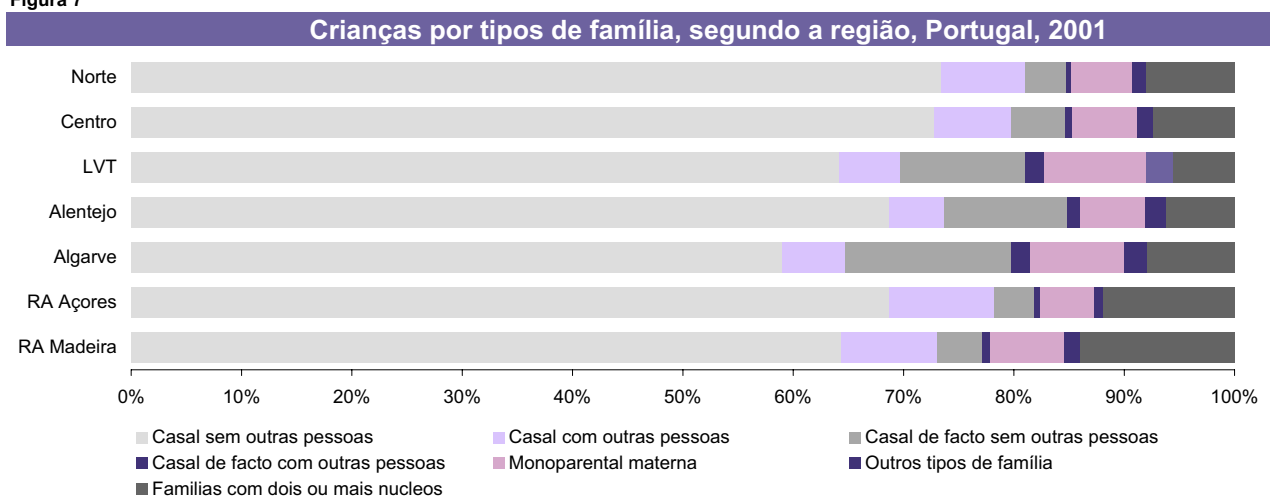
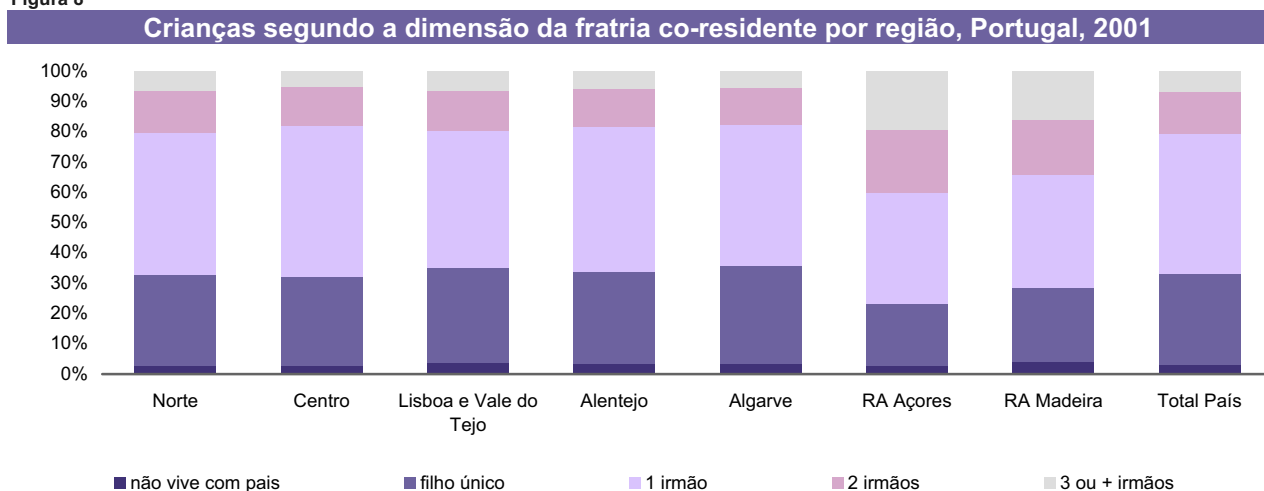


Figura 7



Independentemente da sua idade, a esmagadora maioria das crianças residentes (69%) vive em arranjos familiares do tipo “casais casados sem outras pessoas” – mostrando a relevância na parentalidade do casal com residência independente e vínculo conjugal institucionalizado através do casamento. Um segundo conjunto (com um peso próximo dos 7%) distribui-se por outros quatro tipos: os “casais em união de facto sem outras pessoas” e as “famílias monoparentais maternas” (com destaque para as regiões do Algarve e Lisboa e Vale do Tejo e, no segundo caso, as crianças mais velhas), “o casal casado com outras pessoas” e as “famílias com dois núcleos” (com particular destaque nas Regiões Autónomas e nas crianças entre os 0 e 2 anos, justamente as idades pré-escolares em que o problema da sua guarda se coloca ao casal com toda a sua força). É baixíssima, em qualquer caso, a percentagem de crianças que vive com os avós.

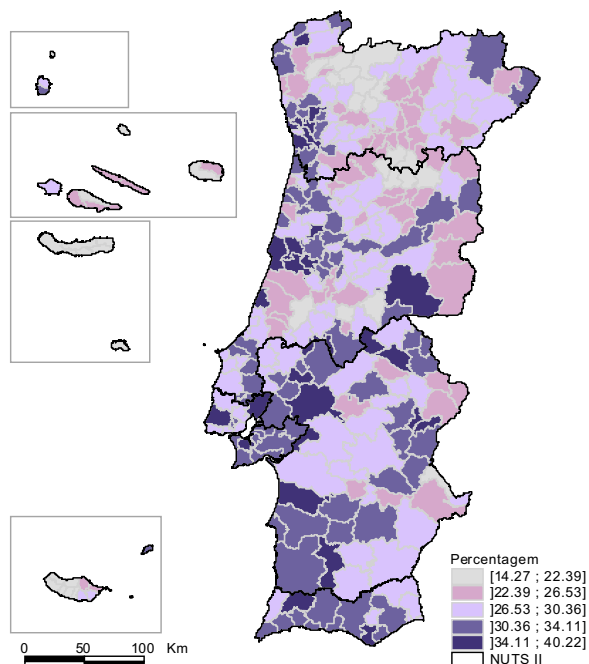
Figura 8



No que é outro efeito da queda da fecundidade, tendem a retrair-se, no Portugal contemporâneo, os laços familiares colaterais. Do ponto de vista infantil, isto significa um destaque inédito para o “filho único” (com uma presença de 30%) e para a criança com apenas 1 irmão co-residente (46%). Pensando nas grandes regiões do País, representadas nas diferentes colunas (quase idênticas!) da Figura 8, notamos como a paisagem é uniforme: com a excepção das duas Regiões Autónomas, a infância na família é vivida, sobretudo, no singular.

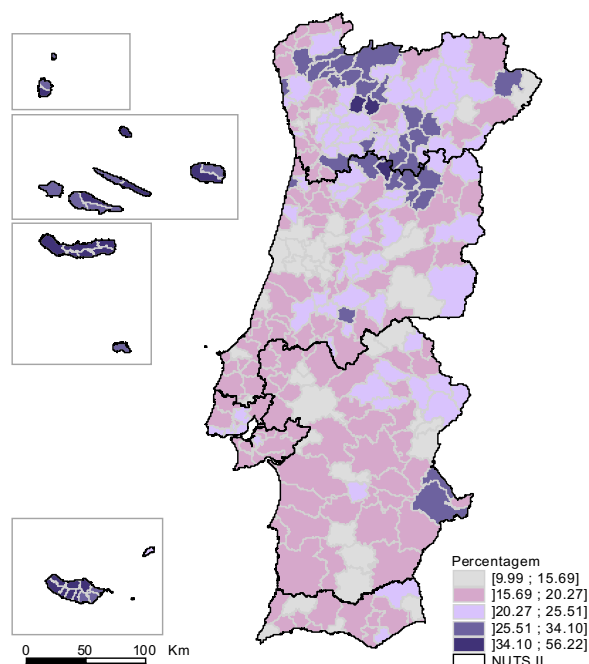
Mapa 7

Crianças filhas únicas, por concelho, 2001



Mapa 8

Crianças em fratrias de 2 ou + irmãos



Os mapas ilustram, precisamente, a raridade concelhia das fratrias de 2 ou mais irmãos, apenas registadas nos Açores e na Madeira e nalgumas áreas do Norte, nomeadamente no Vale do Douro. São já, nitidamente, situações residuais. A situação de filhos únicos reflecte bem o padrão urbano do País, evidenciando não só as principais cidades, como também os eixos urbanos mais relevantes.

As crianças portuguesas crescem assim tipicamente em famílias biparentais, têm pais casados entre si e são raras as que co-residem com mais de um irmão. A redução acentuada dos índices de fecundidade traduz-se portanto, a este nível, na reconfiguração dos laços familiares que envolvem a criança. De um padrão que se diversificava horizontalmente em diferentes arranjos laterais, passa-se a um outro onde eles se tendem a estruturar e alongar, na vertical, segundo uma dinâmica inter-geracional.

Figura 9

Crianças em famílias institucionais, por sexos e regiões, 2001 (permilagem)

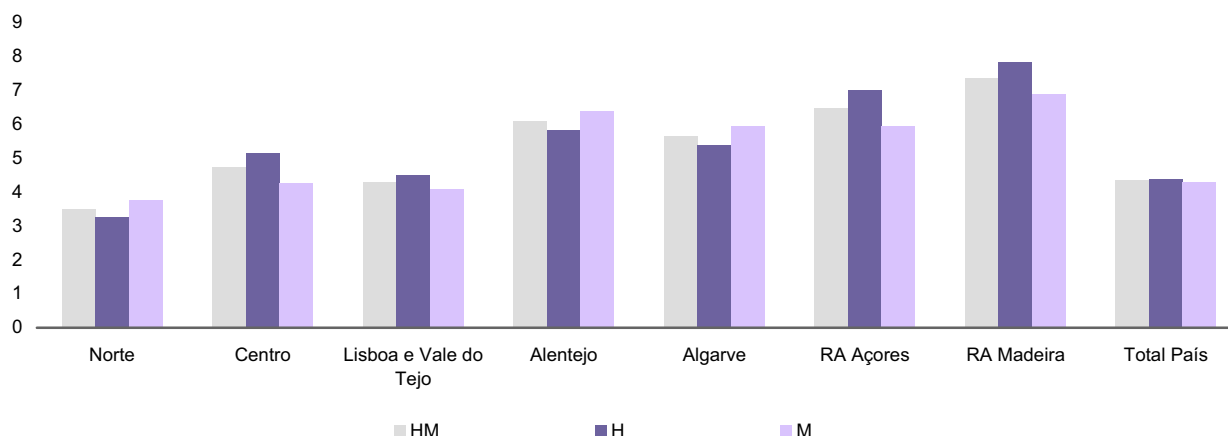
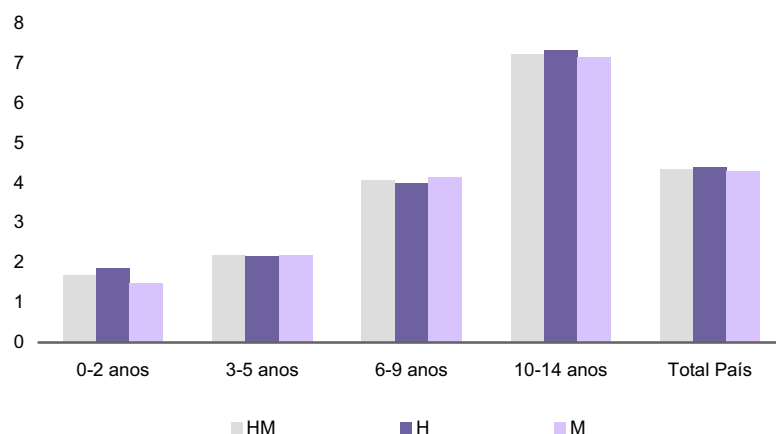


Figura 10

Crianças em famílias institucionais, por grupos etários e sexos, Portugal, 2001 (permilagem)



Quanto à permilagem de crianças que vivem em famílias institucionais (4% no País), surge um cenário mais diversificado. Destacam-se, por um lado, as regiões insulares e meridionais: a Madeira (com um valor que quase duplica o do País: 7.4%) e os Açores (6.5%), por um lado; o Alentejo e o Algarve (com cerca de 6%), por outro. Abrangendo sensivelmente o mesmo número de rapazes e raparigas, nela fazem-se diferentemente representar os grupos etários: depois de se manter em níveis baixos para as crianças dos 0-5 anos, a institucionalização duplica para o grupo dos 6-9 e atinge o nível máximo no dos 10-14 anos.

Figura 11

Crianças segundo o estado civil da mãe co-residente por regiões, Portugal, 2001

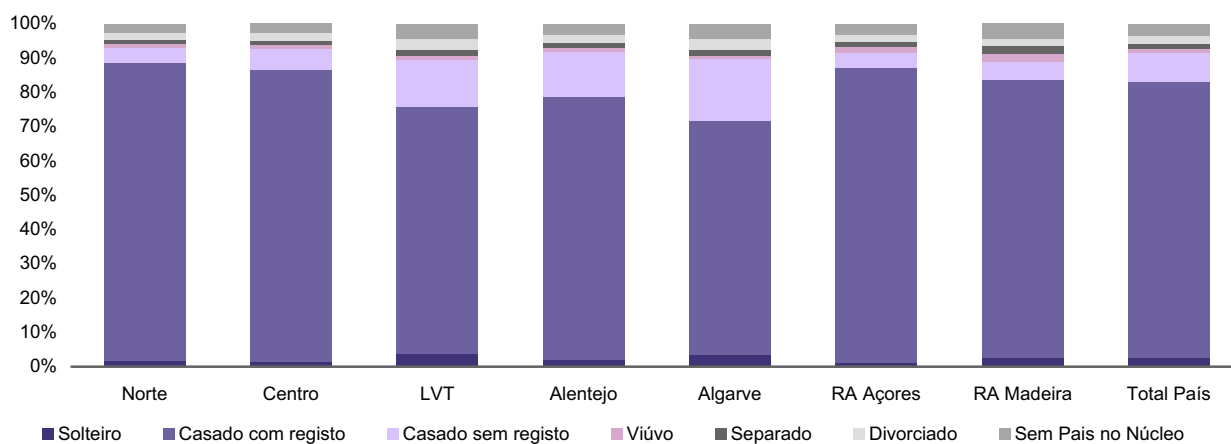
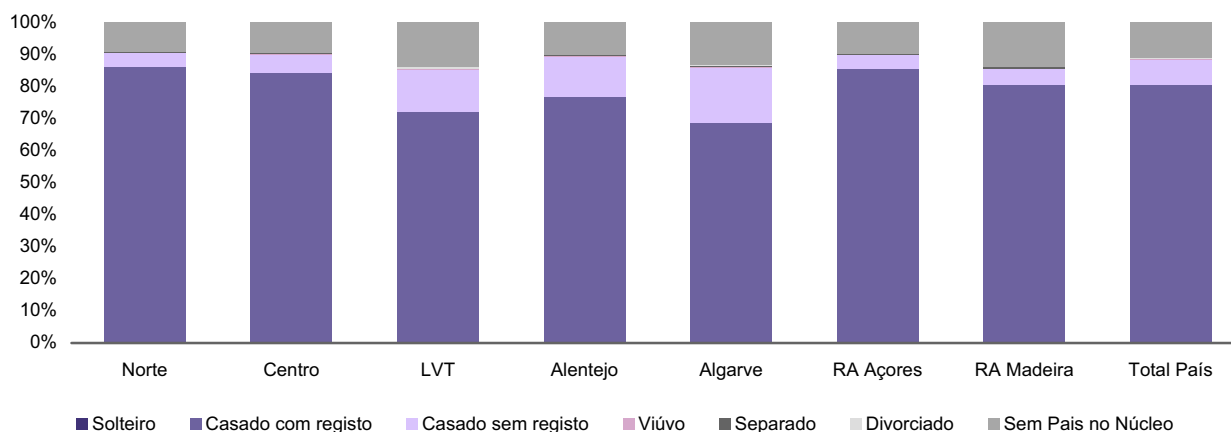


Figura 12

Crianças segundo o estado civil do pai co-residente por regiões, Portugal, 2001



A comparação das figuras 9 e 10 (relativas ao estado civil da mãe e do pai que co-residem com a criança, respectivamente) permite constatar uma distância muito significativa entre uma e outra. Embora ser-se “casado com ou sem registo” seja a condição claramente maioritária nos dois casos (rondando os 90%), nota-se um maior leque das “outras situações” que traduzem a ruptura do laço conjugal, no caso das mulheres-mães – ora divorciadas/separadas (4%), ora viúvas (1.3%). Pelo contrário, quando a criança vive com o pai, ele é sistematicamente casado; outros estados civis significam que o pai não co-reside com ela. Estamos perante um facto que traduz, afinal, a atribuição sistemática da guarda dos filhos à mãe em caso de ruptura do laço conjugal.

Figura 13

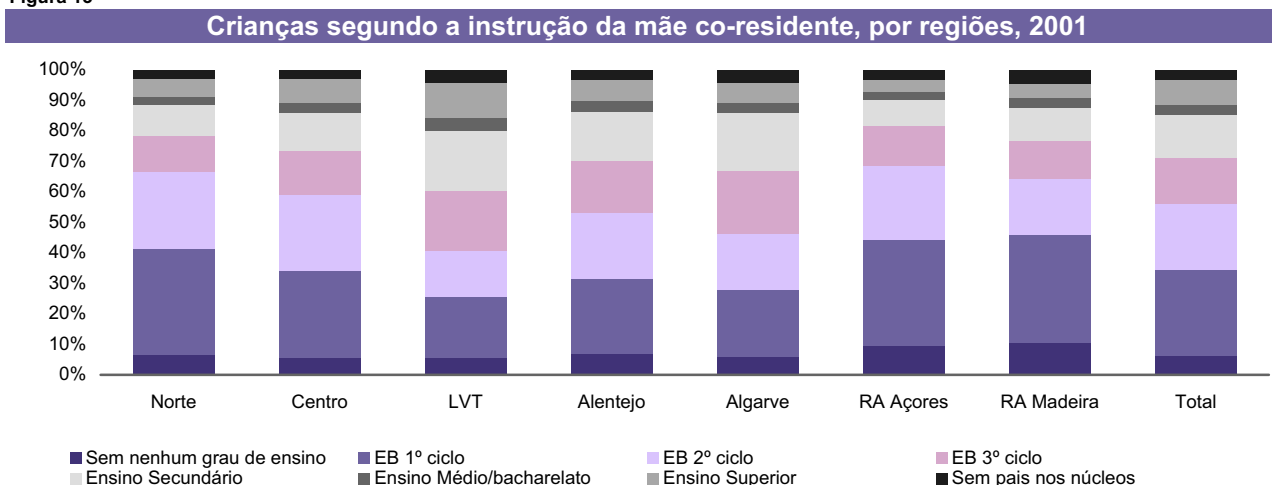
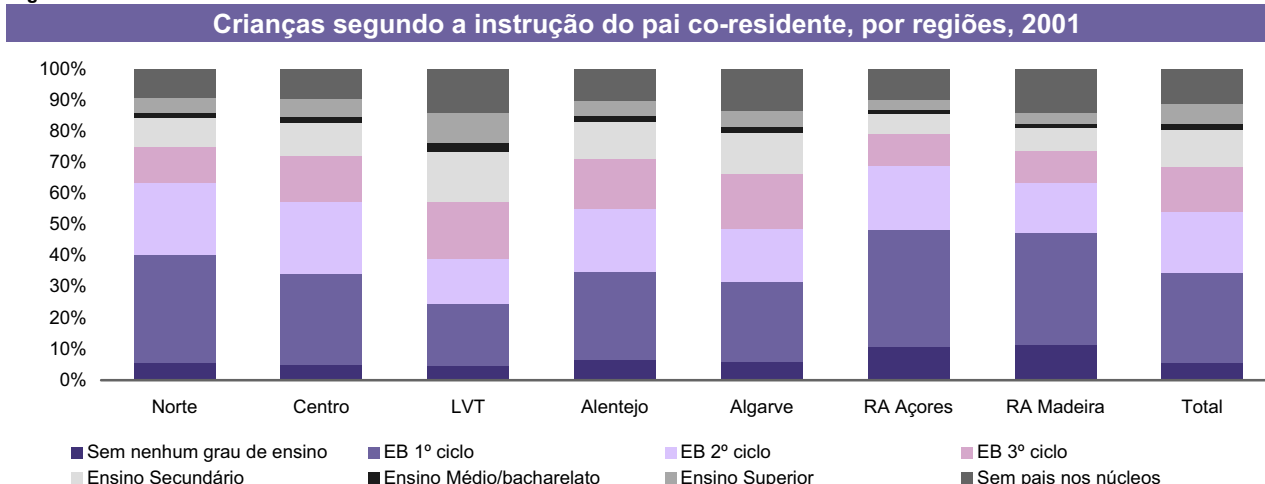


Figura 14



As crianças residentes em Portugal crescem ainda hoje em famílias dotadas de baixíssimos capitais escolares. Bem mais de metade das mães e dos pais não possui sequer os actuais 9 anos de escolaridade obrigatória; não chega aos 10% a percentagem daqueles que possui um grau de ensino superior. Dentro deste panorama confrangedor, a diversidade regional é outro traço a registar: Lisboa e Vale do Tejo, seguida do Algarve, apresenta as taxas de escolarização mais favoráveis (com a maioria dos pais a possuir a escolaridade obrigatória); os Açores, a região Norte e a Madeira registam os mais baixos níveis de instrução parental (mais de 60% dos progenitores atingiu, na melhor das hipóteses, o 2º ciclo do ensino básico!).

Figura 15

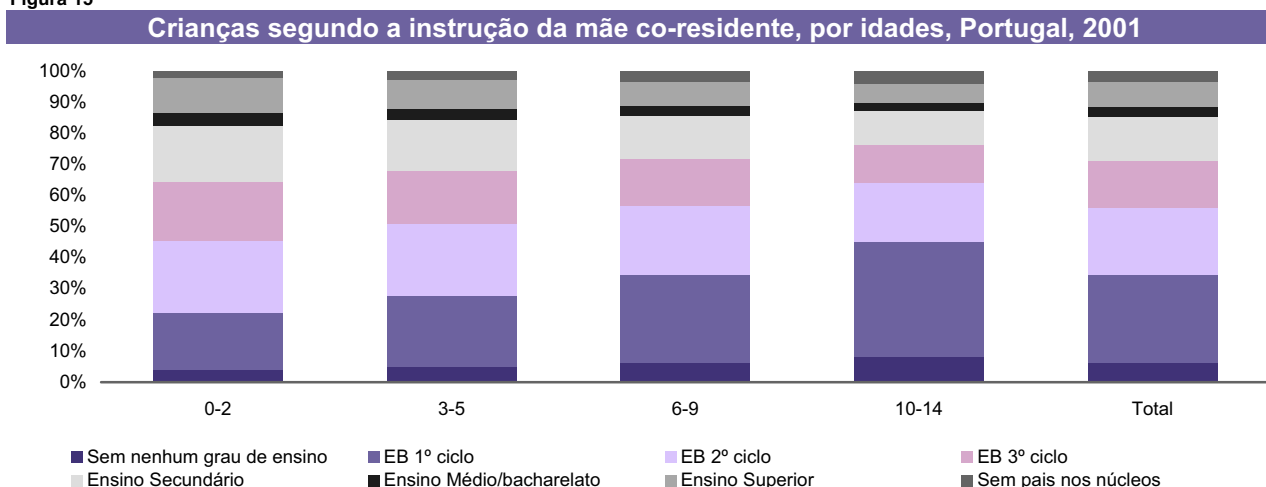
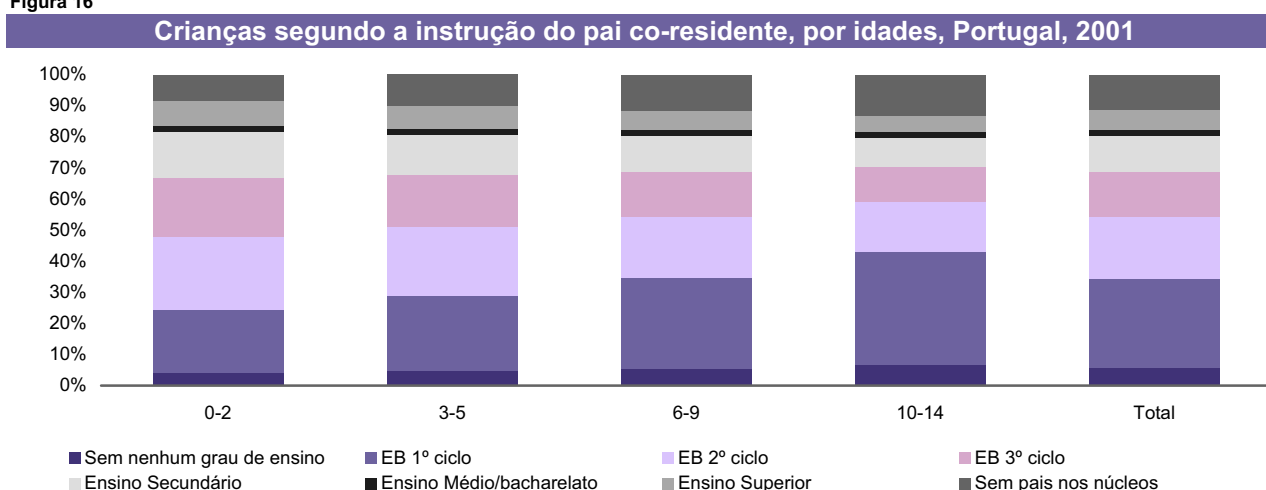


Figura 16



Se agora distinguirmos, no interior da população infantil, as suas idades, registamos uma ligeira mas curiosa tendência: quanto mais novas são as crianças, maiores são os capitais escolares dos seus pais e mães. Repare-se que os bebés (0-2 anos de idade) são os únicos cujos progenitores co-residentes detêm já, em maioria, um nível equivalente ao actual ensino obrigatório e aqueles que apresentam os valores máximos para os diplomas do ensino superior. Quer isto dizer que, dentro de um cenário escolar global muito desfavorecido e que aparenta imobilidade, se regista uma progressão relativamente rápida dos índices de escolarização nos últimos 14 anos.

Figura 17

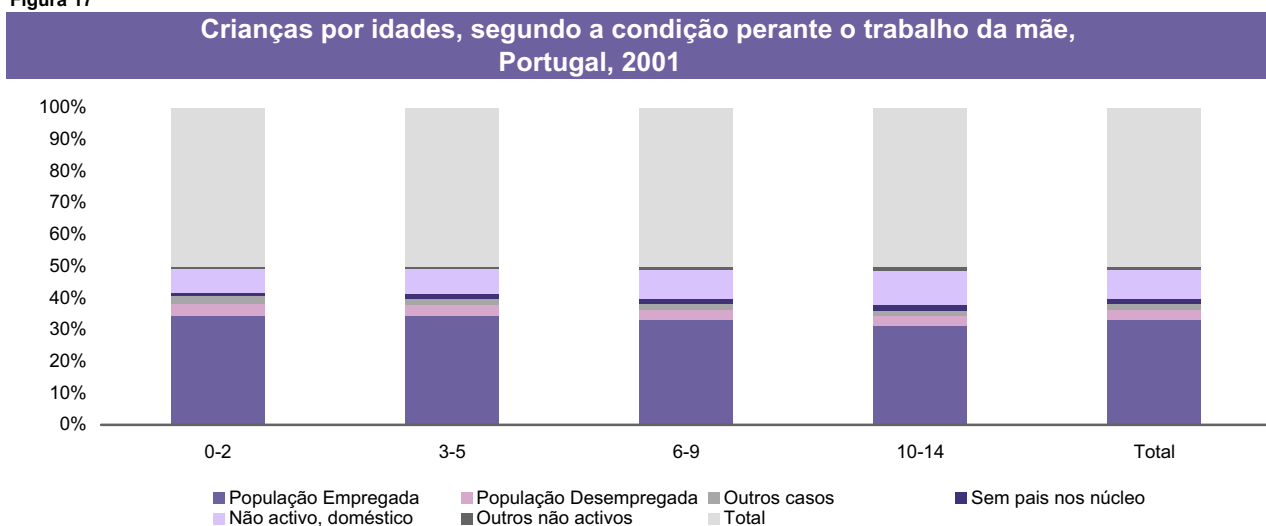
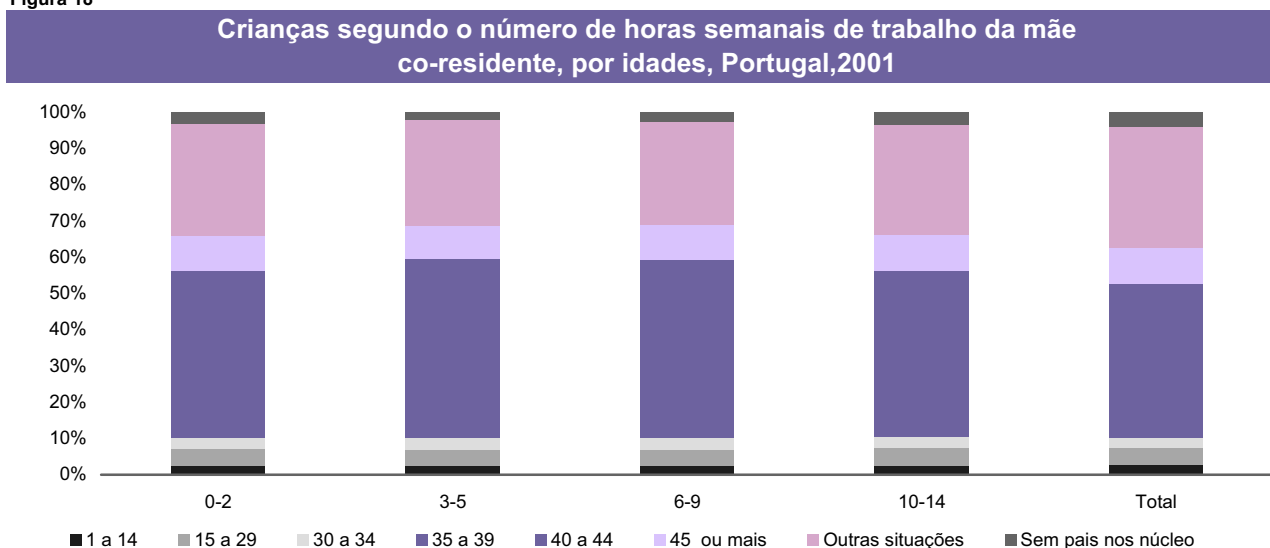


Figura 18



A esmagadora maioria das crianças no País (66%) possui mães activas empregadas; se a estas juntarmos as desempregadas, a percentagem sobe para os 73%. A figura da mãe doméstica é portanto uma excepção (18%), o que significa que logo através da socialização familiar a criança associa hoje um papel profissional a ambos os progenitores. Notemos, por outro lado, que quanto mais novas são as crianças, maior é a taxa de actividade das mães (de cerca de 69% nas mães dos bebés e nas crianças entre os 3-5 anos, esta passa para 63% nas dos jovens dos 10-14) – resultado que, por um lado, pode sugerir o facto de a inserção no mercado de trabalho favorecer as mulheres tendencialmente mais jovens (eventualmente as mais instruídas, com projectos de realização simultânea na dupla frente familiar e profissional) e, por outro, o de a criação de filhos em idade pré-escolar implicar despesas acrescidas para os jovens casais, os quais não podem dispensar a contribuição do salário de ambos. Este resultado prova, ainda, como a guarda das crianças de baixa idade é um problema central dos seus quotidianos e orçamentos.

O número de horas de trabalho da mãe (esmagadoramente em *full-time*) não oscila segundo os diferentes grupos etários das crianças; em Portugal, e ao contrário do que sucede em outros países europeus, o trabalho a tempo parcial é raro entre as mães activas e não parece portanto depender do número de filhos.

Figura 19

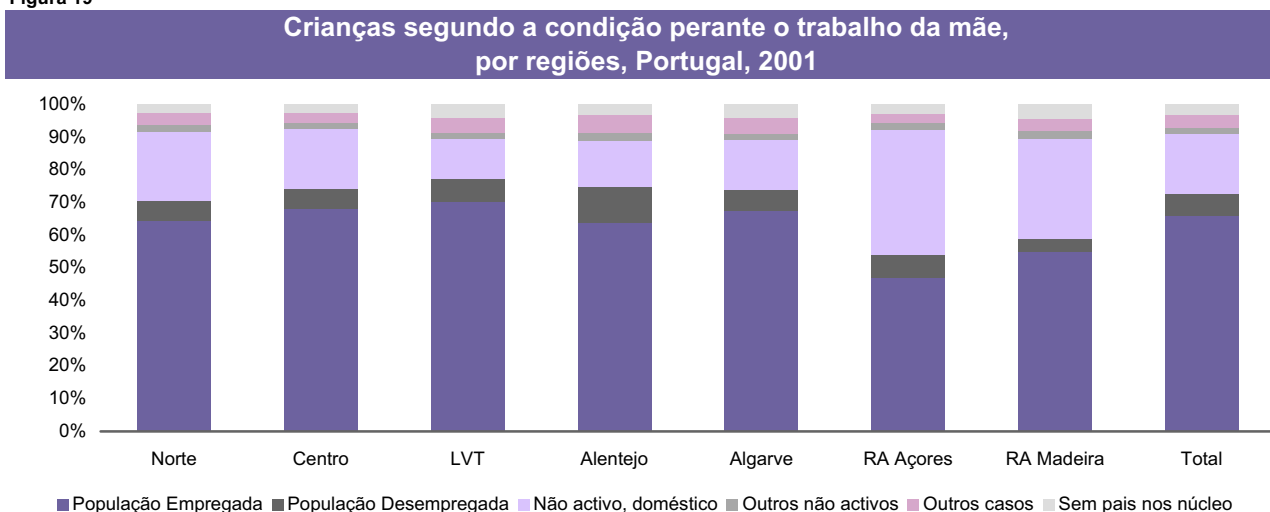
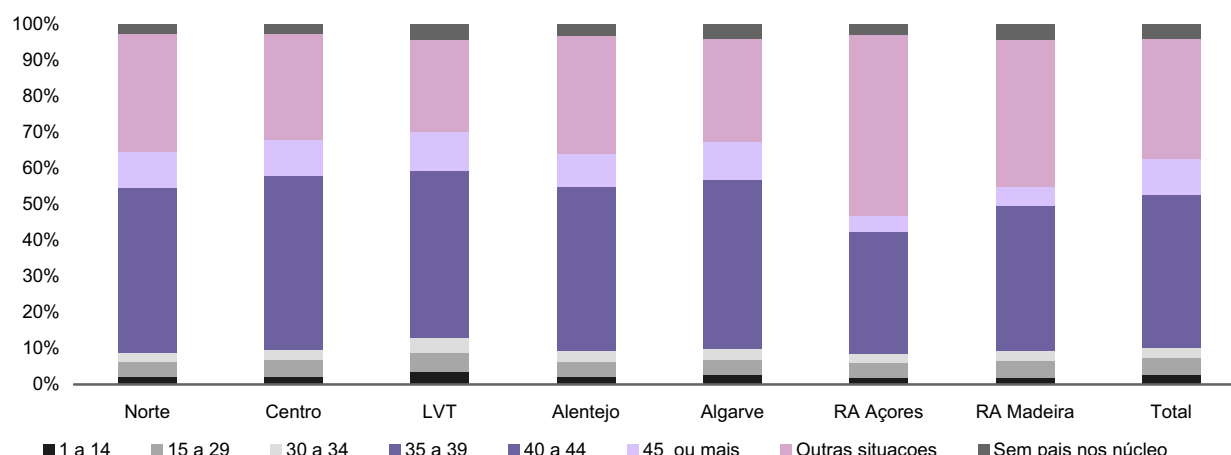


Figura 20

Crianças segundo o número de horas semanais de trabalho da mãe, por regiões, 2001



As figuras 17 e 18 evidenciam alguma diversidade regional. Pode notar-se que as crianças das Regiões Autónomas são aquelas que têm mais frequentemente mães consideradas “domésticas” – pelo menos do ponto de vista de classificação estatística, já que poderemos admitir que, na prática e tendo em conta o cenário rural em que muitas vezes decorre o seu quotidiano, elas efectivamente trabalhem em actividades agrícolas familiares. No pólo oposto, encontram-se as crianças da região de Lisboa e Vale do Tejo, para quem são máximas as percentagens de mães activas empregadas. Considerando agora o seu número de horas semanais de trabalho, é aqui também que simultaneamente se registam os horários femininos mais pesados e a maior percentagem (contudo sempre baixa) de trabalho a tempo parcial.

3. As crianças na escola

Lugar de aprendizagens técnicas mas também de competências sociais, a escola é, sem dúvida, outro dos pilares estruturantes da representação moderna da infância. Ao contrário da do passado, a criança moderna não é encarada como um adulto em miniatura ou um braço para o trabalho familiar ou comunitário; a norma hoje hegemónica atribui-lhe características específicas e únicas, diferentes da do adulto, e associa o seu percurso de socialização à passagem duradoura pela escola – onde aprende junto de outros pares.

Procuramos, nos próximos pontos, abordar o vínculo da criança com a escola sob duas perspectivas: por um lado, e sabendo-se do seu impacto no desenho de trajetórias de sucesso educativo, averiguar a importância do ensino pré-escolar no quotidiano infantil; por outro, descrever e caracterizar as fragilidades da relação com a escola nas etapas finais do ensino obrigatório, através de indicadores de abandono e de insucesso escolar.

Figura 21

Crianças no ensino pré-escolar por sexo e idade, Portugal, 2001

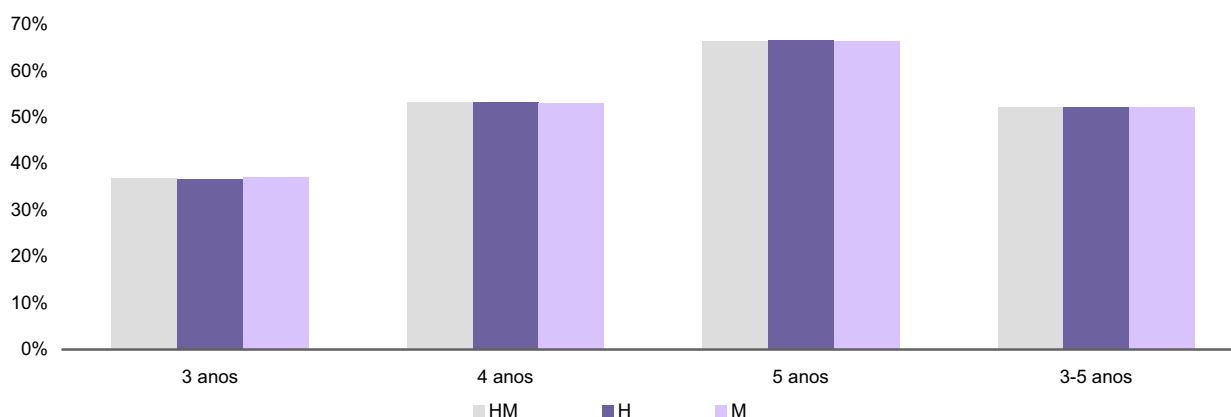
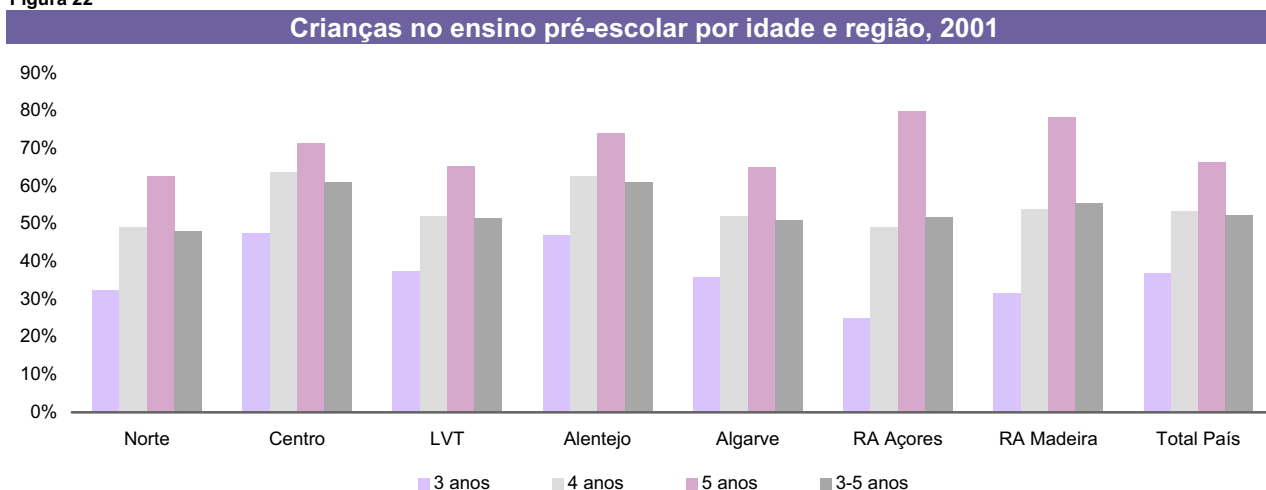


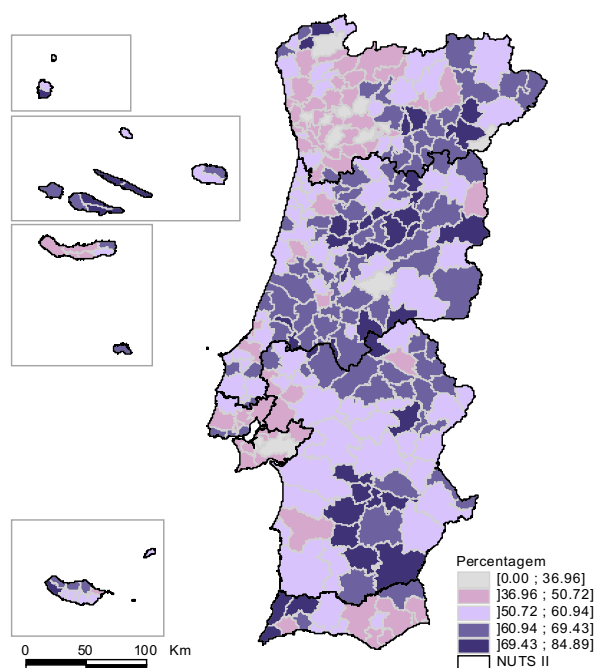
Figura 22



Mais de metade das crianças entre os 3-5 anos frequentam o ensino pré-escolar em Portugal. A frequência sobe regularmente entre os 3 anos (cerca de 37%) e os 5 (66%) e nela não se regista (ao contrário do que acontece em outros níveis de escolaridade em que as raparigas estão sobrerrepresentadas) qualquer diferença de género.

Mapa 9

Crianças dos 3-5 anos a frequentar o ensino pré-escolar, por Concelho, 2001



O panorama nacional apresenta alguma variação regional. Com valores acima da média do País, destacam-se o Alentejo e a Região Centro (entre o Tejo e o Douro) e, a uma certa distância, a Região Autónoma da Madeira; apenas a Região Norte apresenta valores abaixo da média nacional. Não há, por outro lado, grandes oscilações nesta distribuição, por grupos etários da criança – os Açores são a única excepção, com um valor máximo (80%) nos 5 anos e um mínimo nos 3 (25%).

O padrão concelhio dá-nos contudo uma outra imagem. Nas áreas onde a população infantil é mais escassa, registam-se as maiores taxas de frequência do ensino pré-escolar; pelo contrário, nas regiões onde se concentra o maior número de crianças mais novas, a expressão desse nível de ensino é preocupantemente reduzida. É uma situação de algum modo paradoxal que revela um défice acentuado de equipamentos sociais nas áreas mais deles carenciadas (como acontece nos concelhos suburbanos de Lisboa e Porto).

Figura 23

Crianças no ensino pré-escolar por tipos de família, Portugal, 2001

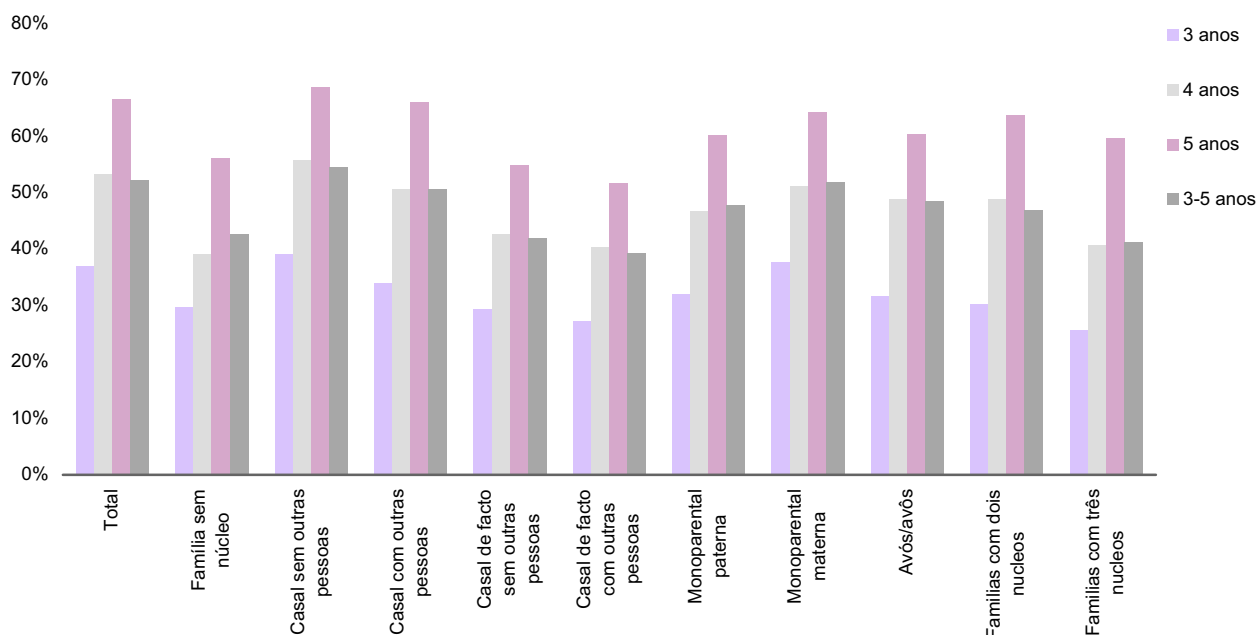
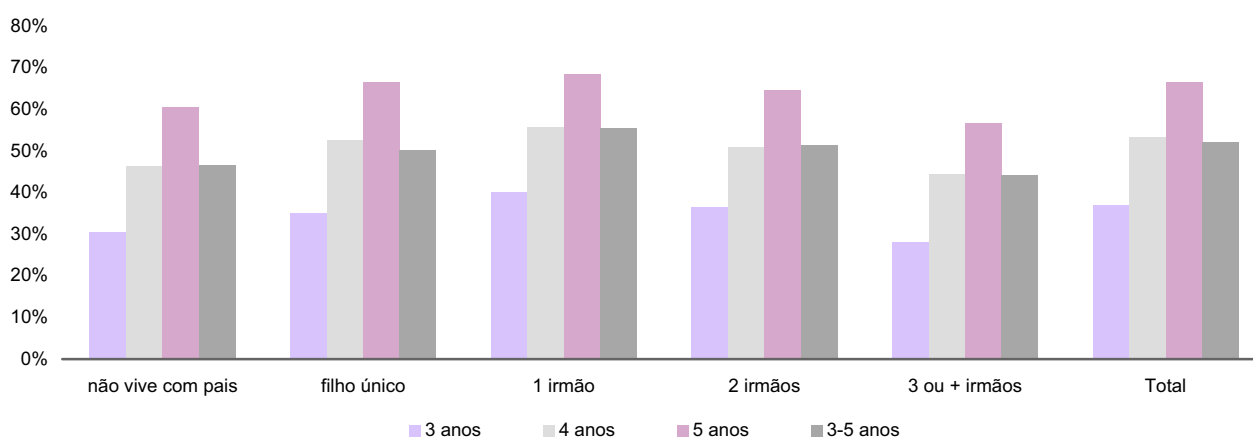


Figura 24

Crianças no ensino pré-escolar segundo a dimensão da fratria co-residente, Portugal, 2001

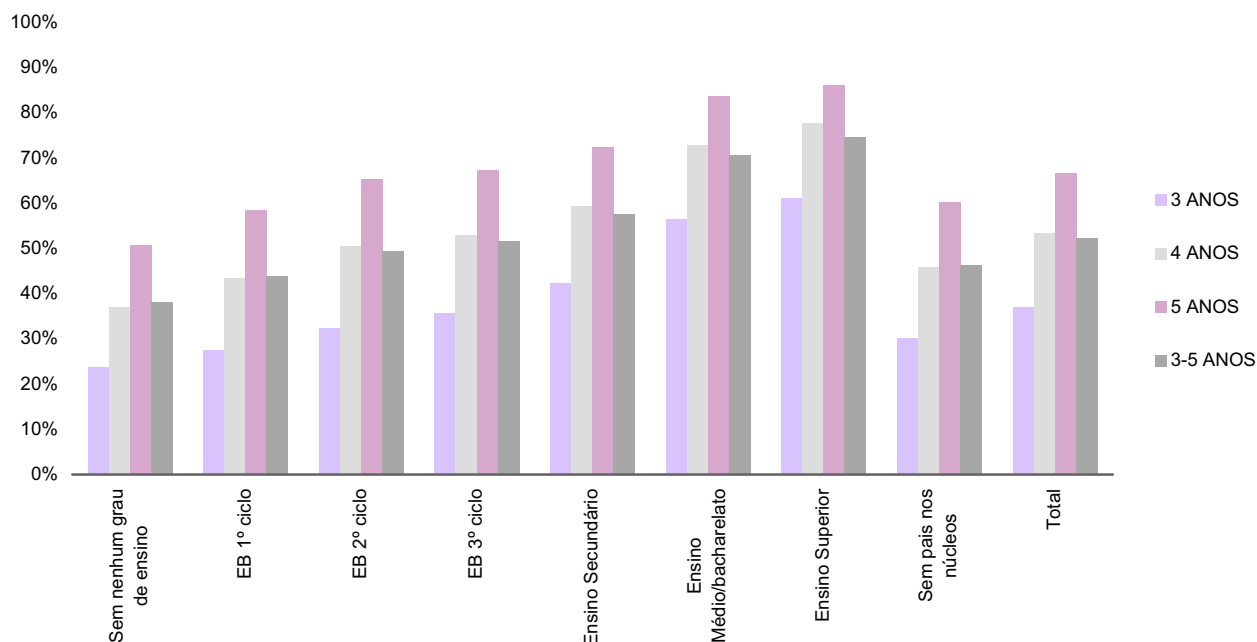


As crianças que estão no ensino pré-escolar vivem, tendencialmente, em certos tipos de família. A Figura 23 evidencia o facto de a frequência desse nível de ensino se associar preferencialmente aos casais de casados (com ou sem outras pessoas co-residentes) e às famílias monoparentais maternas. Ao contrário, é de registar a curiosa distância dos casais em união de facto (em especial os que residem com “outras pessoas”) dos primeiros, com valores francamente abaixo do total. Reencontramos aqui uma ilustração pontual da tendência verificada em contexto português: os nascimentos dentro do casamento recortam um perfil social mais favorecido das mães, enquanto os que ocorrem fora do casamento acontecem em meios sociais mais precários (presença de domésticas, das profissões desqualificadas e das descendências múltiplas).

As famílias com dois ou três núcleos, onde provavelmente o problema da guarda da criança é informalmente assegurada através de parentes co-residentes, registam também percentagens baixas de pré-escolaridade. O número de irmãos que co-residem com a criança é outro factor na origem de diversidade. O facto de ela se integrar numa fratria de 2 ou mais irmãos associa-se às menores frequências do pré-escolar, enquanto o contrário sucede no caso de apenas ter um irmão ou de ser filha única.

Figura 25

Crianças no ensino pré-escolar segundo a instrução da mãe co-residente, Portugal, 2001

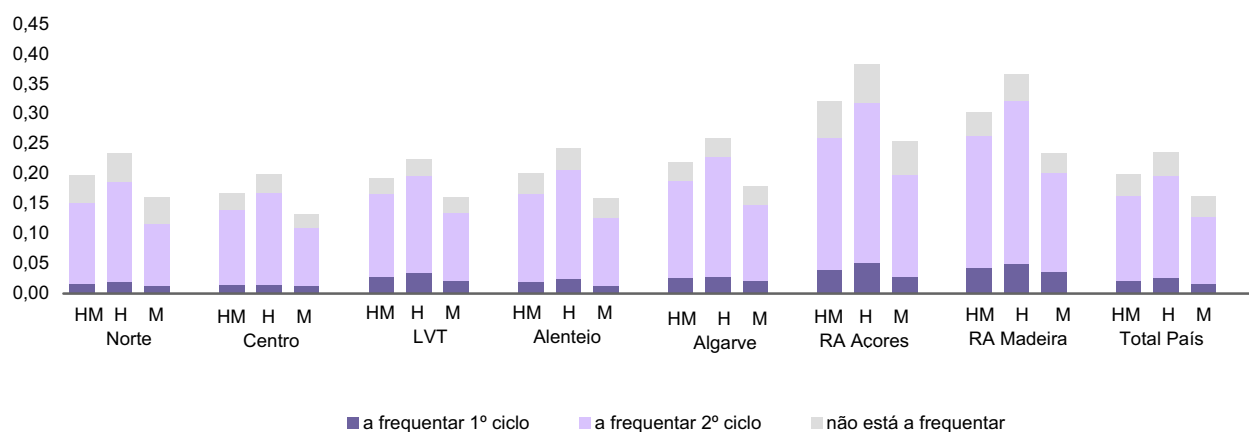


O impacto do capital da escolar da mãe (como o do pai, aliás²) é decisivo, sugerindo uma persistente reprodução de padrões de escolaridade de pais para filhos nas famílias portuguesas. O recurso ao ensino pré-escolar provém sobretudo das franjas de população adulta mais escolarizadas, o que reforça a ideia de que melhores condições de partida proporcionam melhores resultados de chegada. Assim, e para todos os grupos etários de crianças considerados, quanto maior é o grau de escolaridade atingido pela mãe, maior é a taxa de frequência daquele nível de ensino. O contraste é efectivamente flagrante entre a percentagem de crianças entre os 3-5 anos que se encontram no sistema de ensino e são filhas de mulheres sem nenhum grau escolar (38%) e aquelas cujas mães detêm um diploma do ensino superior (74.5%).

Tomemos agora em consideração o grupo de crianças mais velhas, isto é, com 14 anos. A caracterização do seu vínculo actual com a escola, numa idade em que, num percurso regular, tipicamente deveriam encontrar-se a frequentar ou a terminar o 3º ciclo de escolaridade, pode dar indícios interessantes sobre a diversidade da condição infantil no País. Distinguiremos duas situações: as crianças que ainda não acabaram o 2º ciclo (casos de “insucesso”) e as crianças que não estão na escola (casos de “abandono precoce do sistema de ensino”).

Figura 26

Insucesso e abandono escolar nas crianças de 14 anos, por sexos e regiões, 2001



Apesar de uma melhoria considerável relativamente 1991, os resultados actuais mostram ainda um cenário incómodo em contexto europeu. Cerca de 16% das crianças com 14 anos (em particular os rapazes) tem percursos de insucesso escolar; cerca de 4% já abandonou a escola. Se introduzirmos a perspectiva regional,

as desigualdades tornam-se ainda mais visíveis entre, por um lado, uma extensa mancha de regiões onde os valores se aproximam da média do País (Norte, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e mesmo Algarve) e as duas Regiões Autónomas, com valores de insucesso e abandono que envolvem cerca de ¼ das suas crianças. A região Centro destaca-se pela positiva, com cerca de 13%.

Figura 27

Insucesso escolar nas crianças com 14 anos, segundo os tipos de família, Portugal, 2001

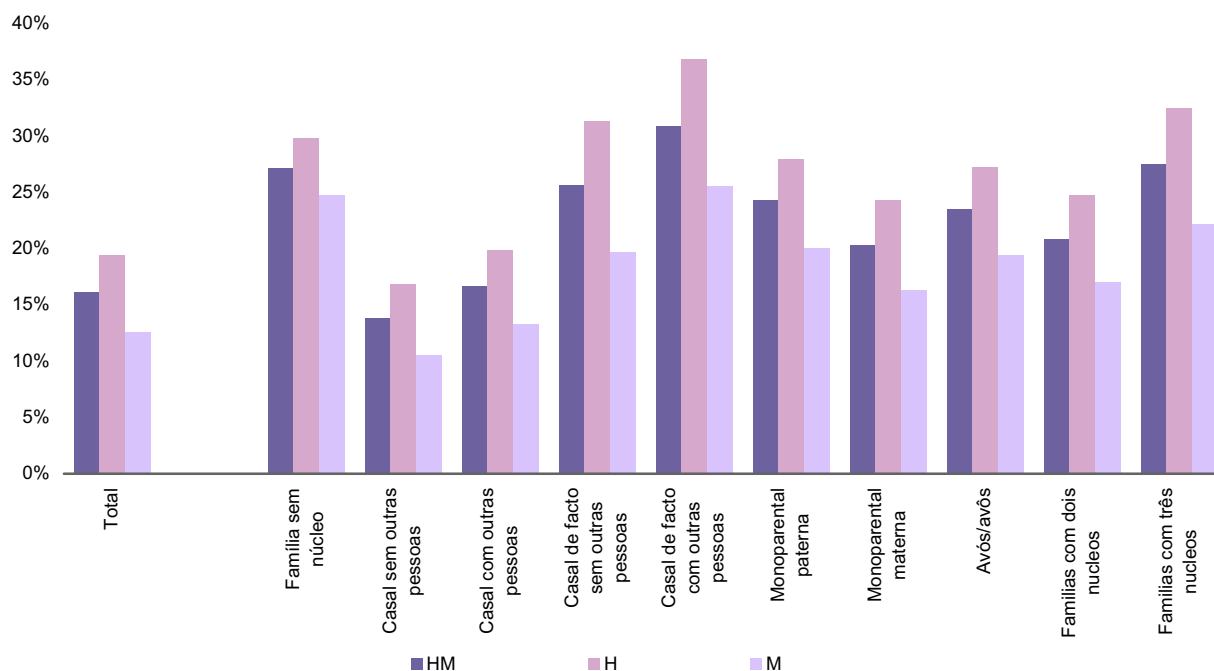
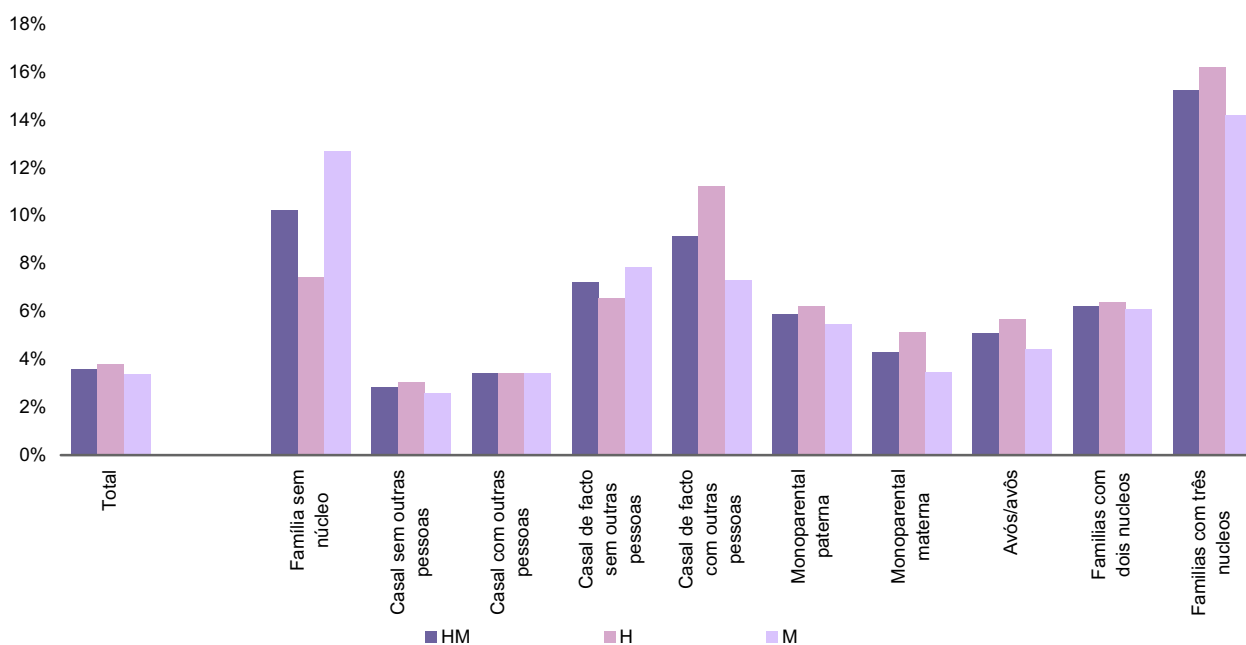


Figura 28

Abandono escolar nas crianças com 14 anos, segundo os tipos de família, Portugal, 2001



Os padrões de insucesso e abandono escolares associam-se, por outro lado, à morfologia familiar. O facto de a criança residir em “famílias sem núcleo” ou “com três núcleos”, com pais em união de facto parece constituir um factor de desvantagem; ao contrário, as crianças co-residentes com pais casados saem favorecidas neste cenário. Nele reencontramos, afinal, o rasto de desigualdades sociais abundantemente ilustradas na bibliografia

disponível, designadamente as formas de precariedade e vulnerabilidade (económica e cultural) que caracterizam em Portugal as coabitações informais e as famílias complexas.

Figura 29

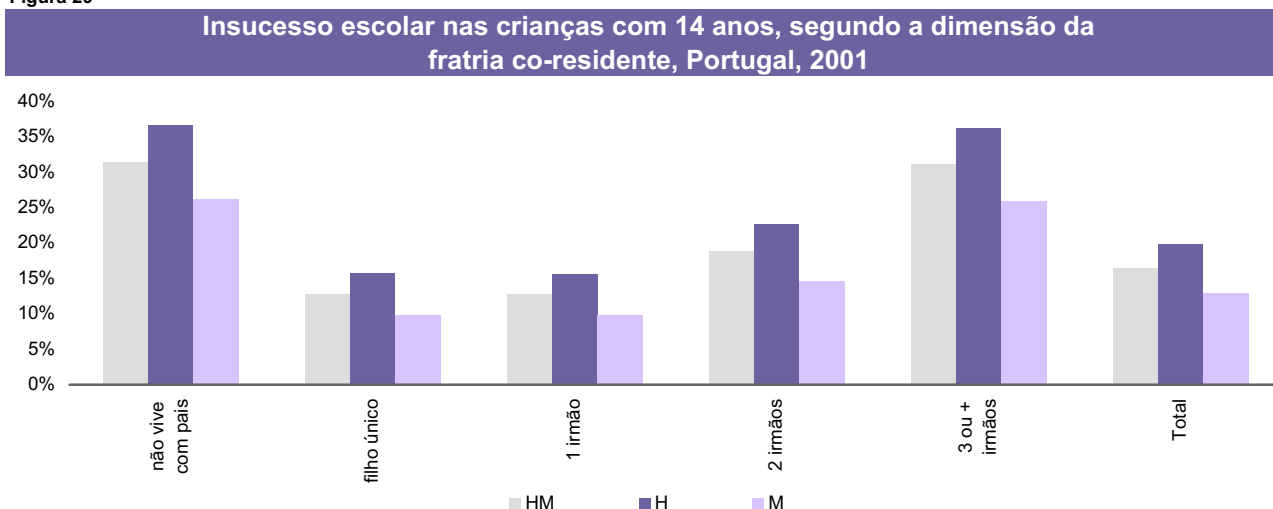
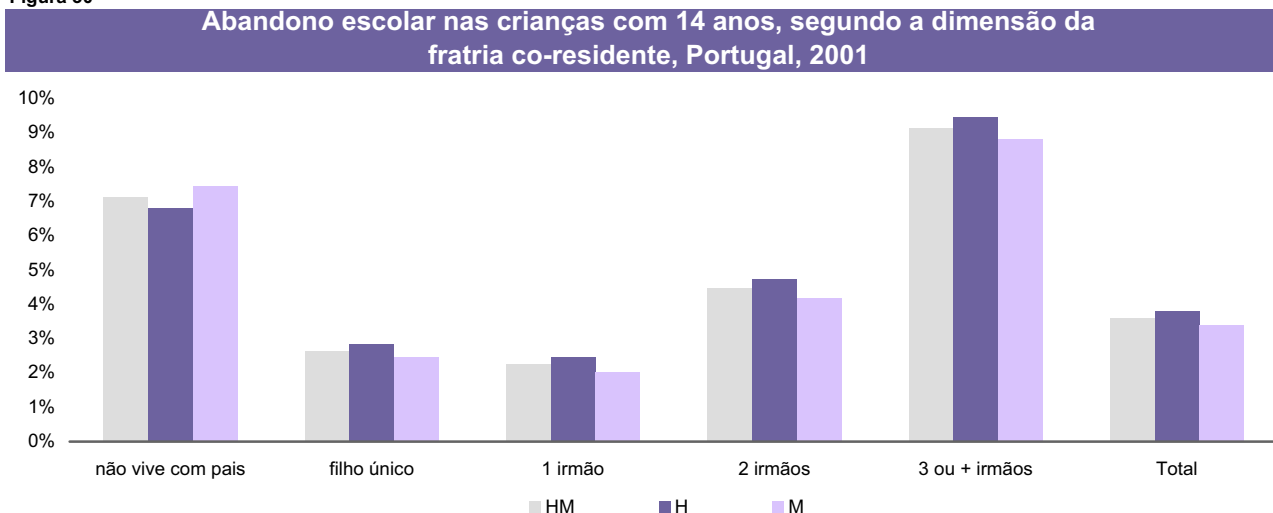


Figura 30



A relação entre insucesso/abandono escolares e dimensão da fratria é claríssima. Os seus valores são tanto maiores quanto maior número de irmãos possuir a criança (por exemplo: percentagens de insucesso na ordem dos 13% para os filhos únicos ou crianças com 1 irmão, de 30% para crianças com 3 ou mais irmãos). Não só as descendências numerosas se associam hoje, em Portugal, sobretudo às camadas mais desfavorecidas de população (e não raro a bolsas socialmente excluídas), como se ilustra aqui a clássica tese de Ph. Ariès: o controlo dos nascimentos é a verdadeira “irmã gémea” da escolarização das crianças e a chave do sucesso das estratégias educativas das famílias.

Figura 31

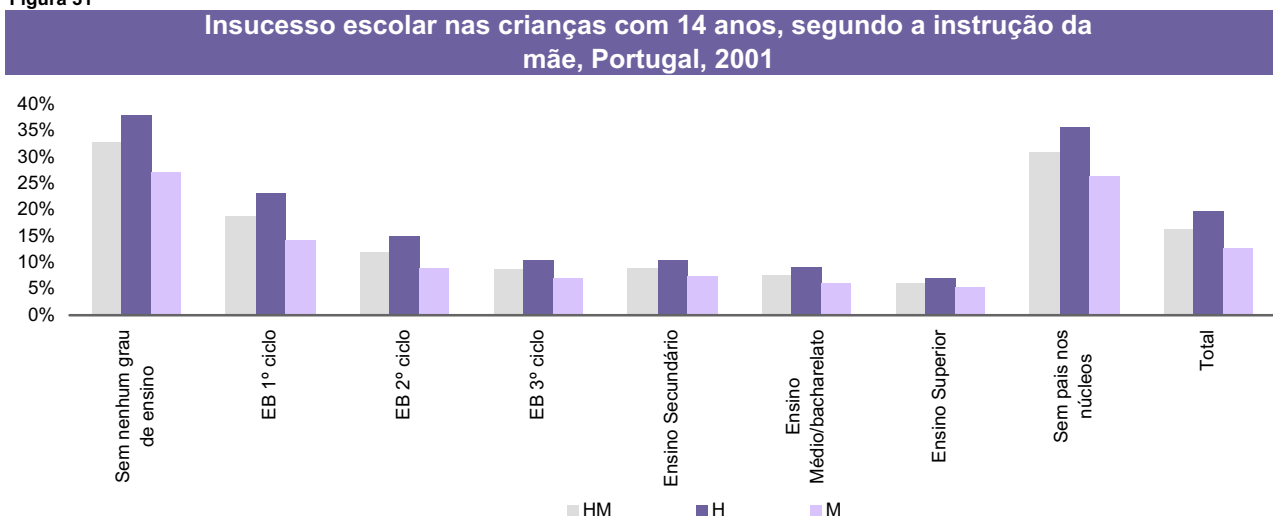
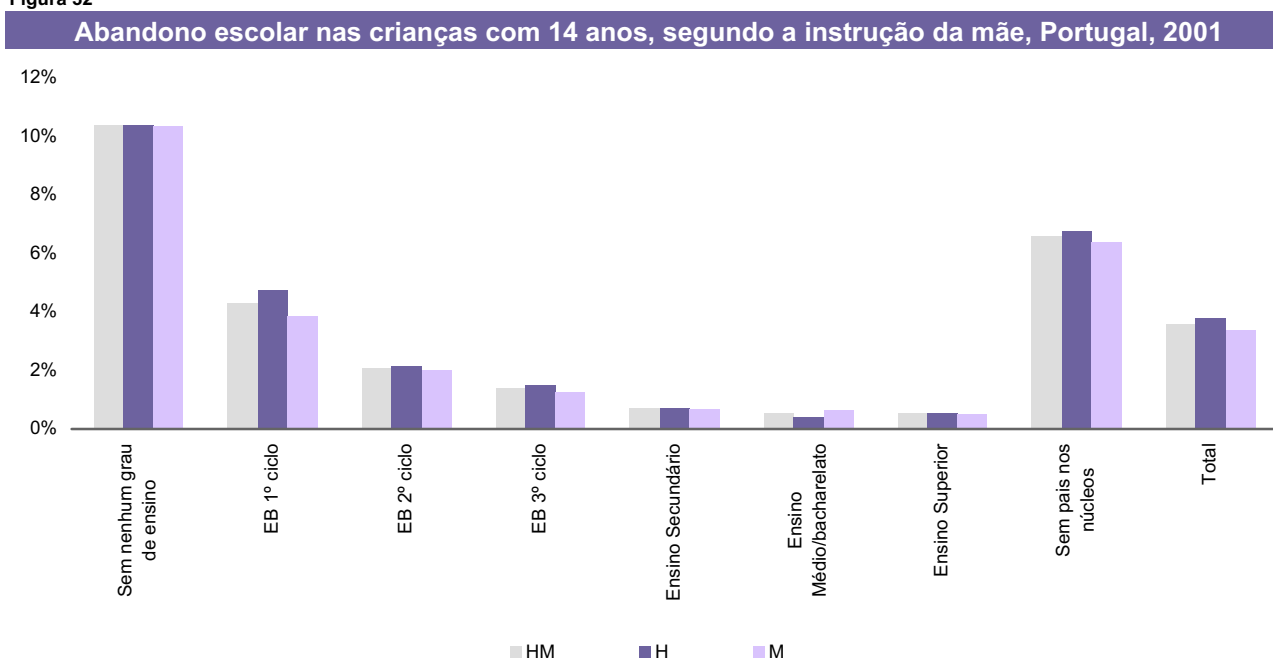


Figura 32



Tendo em conta o grau de escolaridade da mãe (mas o mesmo se poderia dizer do do seu pai), de novo reencontramos a tendência anteriormente detectada. A herança escolar que a criança recebe em casa parece ter um peso decisivo na configuração mais ou menos bem sucedida do seu percurso no sistema de ensino. As figuras 31 e 32 evidenciam com eloquência o recuo do insucesso/abandono escolares com o aumento do nível de escolaridade da mãe – desde os quase 40% respeitantes às mulheres sem nenhum grau de ensino, até aos escassos (mas ainda assim relevantes) 5% referentes às mães com diploma de ensino superior.

4. Notas finais

Na evolução e distribuição geográfica das crianças em Portugal cruzam-se diferentes tendências e ritmos variados: a queda da fecundidade da população nacional, mais intensa no sul do país e nas áreas urbanas; os fluxos migratórios que contribuem decisivamente para o rejuvenescimento da população das regiões onde se instalam, precisamente aquelas onde a fecundidade tinha uma maior propensão para a descida.

A estrutura etária das crianças em 2001 evidencia um país desenvolvido, onde a mortalidade infantil deixou de repôr o equilíbrio do ratio entre os sexos.

Contrariamente à ideia que os *media* ou os profissionais da infância sugerem com frequência, apenas menos de 1/3 das crianças vive numa família “atípica” – de facto, 69% vivem com um casal casado e sem outras pessoas co-residentes. Uma parte substancial das crianças (76%) são filhas únicas ou têm apenas um irmão. As fratrias mais extensas são já situações residuais na geografia do país.

É muito rara a co-residência de crianças com um pai “sozinho” (solteiro, divorciado ou viúvo), o que significa que apenas as mães ilustram junto delas a situação de adulto não casado.... e também que as mães são sempre uma personagem de referência nas suas infâncias, as responsáveis primeiras pela relação educativa – independentemente da situação conjugal ou profissional.

A grande maioria das crianças vive em contextos familiares onde a educação escolar é bastante escassa – mais de metade das mães e dos pais não tem sequer os actuais 9 anos de escolaridade básica. O panorama é especialmente negativo nas regiões autónomas e no Norte.

Uma grande parte das crianças vive com pais que desenvolvem ambos um trabalho profissional. A idade dos filhos não faz variar significativamente a presença das mães no mercado de trabalho nem o seu número de horas laborais. As mães empregadas em *full-time* atingem de resto um valor percentual especialmente elevado na Região de Lisboa e Vale do Tejo.

A baixa frequência do ensino pré-escolar em Portugal destoa ainda relativamente aos outros contextos europeus. Mais preocupante é o facto de ela estar associada aos grupos sociais mais desfavorecidos, com menores níveis de escolaridade, já que faz pressupor a reprodução social dos padrões de desigualdade entre gerações. É uma ideia aliás reforçada pelas taxas de abandono e de insucesso escolares das crianças com 14 anos. Os números são preocupantes – cerca de 16% delas tem percursos escolares de risco. Apesar da aposta política na escolarização em massa desenvolvida nas últimas décadas pelo Estado português, o peso das heranças familiares parece portanto ainda muito fortemente marcar as trajetórias escolares infantis.

Bibliografia: algumas referências

Almeida, A. “Família, conjugalidade e procriação: valores e papéis” in J. Vala, M. Villaverde Cabral e A. Ramos (org.). *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa: ICS, 2003, pp. 50-87.

Almeida, A. Nunes de (coord.), André, I. M., Laland, P. e Vilar, D. *Fecundidade e contracepção – percursos de saúde reprodutiva das mulheres portuguesas*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2004.

Almeida, A. Nunes. “A sociologia e a descoberta da infância: contextos e saberes”. *Forum Sociológico*, 2000, (3/4), p. 11-33.

Almeida, A. Nunes de, Ferrão, J. (coord.) et. al. *Saída prematura do sistema educativo: aspectos da situação, causas e perspectivas em termos de emprego e formação*. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional, 2001.

Ariès, Ph. *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Seuil, 1973

Cunha, V. O lugar da criança nas famílias portuguesas. *Uma análise sociológica da fecundidade* (dissertação de Mestrado em Ciências Sociais). Lisboa: ICS, 2000.

Ferrão, J. “Três décadas de consolidação do Portugal demográfico moderno” in A. Barreto (ed.). *A situação social de Portugal, 1960-1995*. Lisboa: ICS, 1996, pp. 165-190.

Ferreira, P. Moura e Aboim, S. “Modernidade, laços conjugais e fecundidade: a evolução recente dos nascimentos fora do casamento”. *Análise Social*, (163), 2002, pp. 411-446.

Instituto Nacional de Estatística. *Inquérito à Fecundidade e à Família*. Lisboa: INE, 2001

James, A., Jenks, C. e Prout, A. *Theorizing childhood*. Cambridge: Polity Press, 1998.

Malheiros, J. M. “Velhas e novas geografias da imigração em Portugal”, *Janus 2003*, Lisboa: UAL, 2003, pp. 62-63.

Ministério da Educação/Ministério da Segurança Social e do Trabalho. *Eu não desisto. Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar. Relatório*. Lisboa: ME/MSST, 2004.

Montandon, C. *L' éducation du point de vue des enfants*. Paris: l' Harmattan, 1997

Pinto, M. e Sarmiento, M. (eds.). *As crianças – contextos e identidades*. Braga: Universidade do Minho, IEC, 1997.

Qvortrup, J. "Childhood in Europe: a new field of social research" in L. Chrisholm et. al. (eds.). *Growing up in Europe: contemporary horizons in childhood and youth studies*. Berlin/N. York, Walter de Gruyter, 1995.

Sirota, R. "L' émergence d'une sociologie de l' enfance: évolution de l'objet, évolution du regard". *Éducation et Société*, 2, 1998.

Torres, A. *Casamento em Portugal – uma análise sociológica*. Oeiras: Celta, 2002.

Viegas, J.M.L. e Costa, A. F. (orgs). *Portugal – que modernidade?* Oeiras: Celta, 1998.

Notas:

¹ Note-se que a categoria "Outros" não contabiliza a dupla nacionalidade (no caso em que uma delas é a portuguesa).

² Por ambos reproduzirem o mesmo padrão, apresentamos apenas os dados relativos à mãe da criança.

Quadros Anexos

Quadro 1

Evolução do número de crianças por grupos etários, Portugal, 2001					
Anos	Grupos etários				
	0-2	3-5	6-9	10-14	Total
1981	457 460	509 457	687 112	854 644	2 508 673
1991	324 389	338 151	527 930	781 933	1 972 403
2001	330 184	314 542	432 286	579 590	1 656 602
var.% 81-91	-29	-34	-23	-9	-21
var.% 91-01	2	-7	-18	-26	-16

Quadro 2

Evolução do número de crianças por regiões, NUTS II, 1981-2001								
Anos	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira	Total país
1981	985 904	424 620	758 822	121 072	68 121	72 258	77 876	2 508 673
1991	767 417	328 396	595 062	95 706	60 963	62 857	62 002	1 972 403
2001	644 948	266 445	516 231	72 578	57 732	51 767	46 901	1 656 602
var.% 81-91	-22,16	-22,66	-21,58	-20,95	-10,51	-13,01	-20,38	-21,38
var.% 91-01	-15,96	-18,86	-13,25	-24,17	-5,30	-17,64	-24,36	-16,01

Quadro 3

Crianças na população total (%), por regiões, 2001								
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira	Portugal
População Infantil	20,81	13,98	22,36	12,32	15,43	26,00	25,31	19,05
0-2	3,48	2,22	3,63	1,94	2,58	4,72	4,25	3,13
3-5	3,64	2,35	3,70	2,10	2,69	4,97	4,60	3,27
6-9	5,59	3,80	5,88	3,37	4,17	6,88	6,86	5,10
10-14	8,16	5,61	9,15	4,91	5,99	9,43	9,59	7,55

Quadro 4

Estrutura etária da população infantil por sexos, Portugal, 2001						
Idades	Número			Porcentagem		
	H	M	HM	H	M	HM
< 1	56 866	54 048	110 914	6,71	6,68	6,70
1	57 754	55 337	113 091	6,81	6,84	6,83
2	54 478	51 701	106 179	6,43	6,39	6,41
3	53 246	51 186	104 432	6,28	6,33	6,30
4	53 625	51 250	104 875	6,33	6,33	6,33
5	54 108	51 127	105 235	6,38	6,32	6,35
6	53 210	50 271	103 481	6,28	6,21	6,25
7	54 611	52 176	106 787	6,44	6,45	6,45
8	55 623	53 643	109 266	6,56	6,63	6,60
9	57 647	55 105	112 752	6,80	6,81	6,81
10	58 122	55 603	113 725	6,86	6,87	6,86
11	58 109	55 573	113 682	6,86	6,87	6,86
12	58 912	56 286	115 198	6,95	6,96	6,95
13	59 622	56 585	116 207	7,03	6,99	7,01
14	61 620	59 158	120 778	7,27	7,31	7,29
Total	847 553	809 049	1 656 602	100,00	100,00	100,00

Quadro 5

Crianças estrangeiras segundo a nacionalidade, por regiões, 2001							
	% crianças estrangeiras	% por origens (estrangeiro = 100%)					
		EU15+ Suíça	PALOP	Brasil	Europa Leste	EUA+ Canadá	outros
Norte	0,85	54,27	10,32	13,56	2,25	4,55	15,05
Centro	1,26	47,69	14,45	12,27	1,33	9,46	14,81
Lisboa e Vale do Tejo	4,15	10,67	65,29	10,24	1,32	1,85	10,63
Alentejo	0,99	62,89	18,21	9,38	1,68	1,26	6,58
Algarve	4,06	52,09	19,82	10,93	4,18	2,09	10,89
RA Açores	0,80	14,56	3,64	8,01	2,91	62,14	8,74
RA Madeira	1,66	32,68	1,30	7,16	2,34	3,26	53,26
Portugal	2,06	25,85	45,06	10,91	1,72	3,82	12,65
TOTAL - N°	33 465	8 651	15 079	3 650	574	1 278	4 233
Total País - áreas urbanas	2,68	13,73	57,93	12,36	1,93	1,91	12,13

Quadro 6

Crianças segundo os grupos etários por tipos de família (%), Portugal, 2001											
	Família sem núcleo	Casal sem outras pessoas	Casal com outras pessoas	Casal de facto sem outras pessoas	Casal de facto com outras pessoas	Monoparental paterna	Monoparental materna	Avós/Avôs	Famílias com dois núcleos	Famílias com três núcleos	Total
Total	0,20	69,32	6,81	6,97	0,97	0,73	6,87	0,77	6,78	0,58	100,00
0-2 HM	0,11	68,69	5,38	9,38	1,18	0,32	4,01	0,27	9,71	0,95	100,00
3-5 HM	0,13	69,91	6,25	7,49	1,00	0,51	5,75	0,56	7,66	0,72	100,00
6-9 HM	0,17	69,85	7,01	6,58	0,91	0,71	7,20	0,88	6,18	0,51	100,00
10-14 HM	0,32	68,95	7,77	5,61	0,86	1,09	8,88	1,09	5,08	0,35	100,00

Quadro 7

Crianças por tipos de família (%), segundo a região, 2001											
	Família sem núcleo	Casal sem outras pessoas	Casal com outras pessoas	Casal de facto sem outras pessoas	Casal de facto com outras pessoas	Monoparental paterna	Monoparental materna	Avós/Avôs	Famílias com dois núcleos	Famílias com três núcleos	Total
Norte	0,13	73,41	7,66	3,68	0,44	0,49	5,52	0,65	7,42	0,61	100,00
Centro	0,13	72,77	7,02	4,91	0,64	0,53	5,81	0,82	6,95	0,43	100,00
Lisboa e Vale do Tejo	0,34	64,16	5,56	11,27	1,76	1,13	9,28	0,92	5,16	0,43	100,00
Alentejo	0,12	68,71	5,01	11,16	1,10	0,66	5,91	1,14	5,89	0,31	100,00
Algarve	0,22	59,04	5,72	15,04	1,73	1,11	8,45	0,82	7,34	0,54	100,00
R.A. Açores	0,10	68,67	9,53	3,62	0,55	0,48	4,87	0,31	10,26	1,61	100,00
R.A. Madeira	0,31	64,38	8,69	4,07	0,69	0,63	6,77	0,49	11,80	2,18	100,00
Portugal	0,20	69,32	6,81	6,97	0,97	0,73	6,87	0,77	6,78	0,58	100,00

Quadro 8

Crianças segundo a dimensão da fratria co-residente (%), por região, 2001								
	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira	Portugal
não vive com pais	2,64	2,80	3,71	3,41	3,44	2,74	4,08	3,10
filho único	30,22	29,57	31,52	30,53	32,48	20,41	24,40	30,14
1 irmão	46,75	49,63	45,39	47,90	46,61	36,75	37,34	46,26
2 irmãos	14,04	12,97	13,13	12,53	12,05	20,75	18,35	13,78
3 ou + irmãos	6,34	5,04	6,25	5,64	5,42	19,35	15,82	6,72
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Quadro 9

Crianças em famílias institucionais, por sexos e regiões, 2001 (permilagem)			
Regiões	HM	H	M
Norte	3,50	3,26	3,76
Centro	4,72	5,16	4,26
Lisboa e Vale do Tejo	4,30	4,50	4,09
Alentejo	6,10	5,84	6,38
Algarve	5,66	5,40	5,94
R.A. Açores	6,49	7,00	5,95
R.A. Madeira	7,38	7,84	6,89
Portugal	4,34	4,38	4,29

Quadro 10

Crianças em famílias institucionais, por sexos e idades, 2001 (permilagem)			
	HM	H	M
0-2 anos	1,67	1,86	1,48
3-5 anos	2,17	2,16	2,19
6-9 anos	4,07	3,99	4,15
10-14 anos	7,23	7,32	7,14
Total País	4,34	4,38	4,29

Quadro 11

Crianças segundo o estado civil da mãe co-residente (%), por regiões, 2001								
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira	Portugal
Solteiro	1,72	1,61	3,85	2,03	3,47	1,28	2,58	2,45
Casado com registo	86,90	85,14	72,11	76,71	68,44	85,92	81,03	80,72
Casado sem registo	4,41	5,93	13,61	13,08	17,80	4,61	5,45	8,40
Viúvo	1,31	1,27	1,17	1,28	1,07	1,75	2,22	1,29
Separado	1,23	1,16	1,80	1,52	1,79	1,45	2,30	1,47
Divorciado	1,87	2,27	3,32	2,26	3,34	2,00	2,08	2,46
Sem Pais no Núcleo	2,55	2,62	4,14	3,12	4,09	2,98	4,33	3,20
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Quadro 12

Crianças segundo o estado civil do pai co-residente (%), por regiões, 2001								
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira	Portugal
Solteiro	0,12	0,12	0,49	0,24	0,55	0,05	0,14	0,25
Casado com registo	86,17	84,22	71,64	76,37	68,04	85,62	80,36	80,09
Casado sem registo	4,11	5,65	13,16	12,74	17,34	4,13	4,95	8,04
Viúvo	0,21	0,19	0,18	0,19	0,14	0,21	0,24	0,20
Separado	0,12	0,12	0,24	0,22	0,29	0,14	0,30	0,18
Divorciado	0,15	0,20	0,34	0,24	0,38	0,21	0,16	0,23
Sem Pais no Núcleo	9,12	9,50	13,95	10,01	13,26	9,63	13,85	11,02
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Quadro 13

Crianças segundo o estado civil da mãe co-residente (%), por regiões, 2001								
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira	Portugal
Sem nenhum grau de ensino	6,43	5,54	5,66	7,13	6,07	9,64	10,49	6,28
EB 1º ciclo	34,96	28,69	19,81	24,59	21,79	34,77	35,72	28,33
EB 2º ciclo	25,28	24,86	15,32	21,43	18,40	24,17	18,05	21,46
EB 3º ciclo	11,73	14,50	19,63	17,25	20,81	13,16	12,63	15,26
Ensino Secundário	10,34	12,31	19,57	15,94	18,88	8,53	10,88	14,03
Ensino Médio/bacharelato	2,65	3,63	4,29	3,56	3,43	2,69	3,08	3,40
Ensino Superior	6,06	7,84	11,58	6,97	6,52	4,06	4,81	8,02
Sem pais nos núcleos	2,55	2,62	4,14	3,12	4,09	2,98	4,33	3,20
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Quadro 14

Crianças segundo a instrução do pai co-residente, por regiões, 2001								
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira	Portugal
Sem nenhum grau de ensino	5,71	4,91	4,69	6,62	6,10	10,88	11,58	5,65
EB 1º ciclo	34,85	29,48	20,12	28,41	25,67	37,59	35,89	28,91
EB 2º ciclo	22,85	23,18	14,46	20,33	17,10	20,51	16,20	19,72
EB 3º ciclo	11,83	14,83	18,16	15,89	17,56	10,37	10,25	14,57
Ensino Secundário	9,25	10,46	16,12	11,91	13,04	6,57	7,45	11,70
Ensino Médio/bacharelato	1,52	1,89	2,79	1,85	2,14	1,04	1,26	1,99
Ensino Superior	4,85	5,75	9,71	4,98	5,11	3,41	3,52	6,44
Sem pais nos núcleos	9,12	9,50	13,95	10,01	13,26	9,63	13,85	11,02
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Quadro 15

Crianças segundo a instrução da mãe co-residente, por idades, Portugal, 2001					
	0-2	3-5	6-9	10-14	Total
Sem nenhum grau de ensino	4,16	5,08	6,19	8,22	6,28
EB 1º ciclo	18,14	22,63	28,57	37,05	28,33
EB 2º ciclo	23,34	23,40	21,93	19,00	21,46
EB 3º ciclo	18,82	16,94	15,21	12,37	15,26
Ensino Secundário	18,30	16,23	13,77	10,61	14,03
Ensino Médio/bacharelato	4,16	3,79	3,34	2,80	3,40
Ensino Superior	11,02	9,23	7,73	5,89	8,02
Sem pais nos núcleos	2,06	2,70	3,27	4,07	3,20
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Quadro 16

Crianças segundo a instrução do pai co-residente (%), por idades, Portugal, 2001					
	0-2	3-5	6-9	10-14	Total
Sem nenhum grau de ensino	4,30	4,96	5,64	6,79	5,65
EB 1º ciclo	20,13	23,97	28,98	36,54	28,91
EB 2º ciclo	23,66	22,29	19,78	16,03	19,72
EB 3º ciclo	18,78	16,55	14,38	11,24	14,57
Ensino Secundário	14,75	13,00	11,59	9,33	11,70
Ensino Médio/bacharelato	2,13	2,06	1,97	1,89	1,99
Ensino Superior	8,04	7,21	6,33	5,20	6,44
Sem pais nos núcleos	8,21	9,94	11,33	12,98	11,02
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Quadro 17

Crianças segundo a condição perante o trabalho da mãe co-residente (%), por idades, Portugal, 2001					
	0-2	3-5	6-9	10-14	Total
População Empregada	68,68	69,02	66,40	62,79	66,09
População Desempregada	7,83	6,97	6,51	5,89	6,64
Não activo com menos de 15 anos	0,02	0,00	0,00	0,03	0,01
Não activo, estudantes	0,73	0,41	0,23	0,15	0,34
Não activo, doméstico	15,17	16,18	18,36	20,75	18,15
Não activo, reformado	0,36	0,59	1,05	2,06	1,18
Não activo, incapacitado	0,28	0,36	0,54	0,78	0,54
Outros casos	4,87	3,77	3,64	3,49	3,86
Sem pais nos núcleos	2,06	2,70	3,27	4,07	3,20
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Quadro 18

Crianças segundo o número de horas semanais de trabalho da mãe co-residente (%), por idades, Portugal, 2001					
	0-2	3-5	6-9	10-14	Total
1 a 4	0,36	0,29	0,35	0,36	0,40
5 a 14	2,25	2,15	2,14	2,28	2,33
15 a 29	4,70	4,64	4,56	4,74	4,78
30 a 34	3,03	3,13	3,14	3,13	2,83
35 a 39	14,33	14,49	14,77	14,46	13,90
40 a 44	31,65	35,00	34,29	31,44	28,48
45 ou mais	9,78	8,98	9,77	10,00	10,07
Desempregados	6,64	7,83	6,97	6,51	5,89
Inactivos	24,07	21,44	21,31	23,82	27,25
Sem pais nos núcleo	3,20	2,06	2,70	3,27	4,07
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Quadro 19

Crianças segundo a condição perante o trabalho da mãe co-residente (%), por Regiões, 2001								
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira	Portugal
População Empregada	64,47	68,01	70,19	63,99	67,50	46,95	54,95	66,09
População Desempregada	6,04	6,31	7,14	11,00	6,66	7,10	4,13	6,64
Não activo com menos de 15 anos	0,01	0,01	0,01	0,03	0,02	0,02	0,02	0,01
Não activo, estudantes	0,24	0,36	0,41	0,40	0,38	0,37	0,47	0,34
Não activo, doméstico	21,17	18,23	12,10	13,95	15,04	38,29	30,64	18,15
Não activo, reformado	1,30	1,02	1,12	1,33	0,89	1,20	1,22	1,18
Não activo, incapacitado	0,58	0,47	0,49	0,58	0,64	0,55	0,67	0,54
Outros casos	3,64	2,98	4,39	5,60	4,79	2,53	3,56	3,86
Sem pais nos núcleo	2,55	2,62	4,14	3,12	4,09	2,98	4,33	3,20
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Quadro 20

Crianças segundo o número de horas semanais de trabalho da mãe co-residente (%), por regiões, 2001								
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira	Portugal
1 a 4	0,29	0,27	0,51	0,33	0,34	0,26	0,24	0,40
5 a 14	1,88	1,82	3,09	1,83	2,34	1,67	1,68	2,33
15 a 29	4,24	4,85	5,35	4,36	4,32	4,15	4,68	4,78
30 a 34	2,39	2,79	4,01	2,99	3,09	2,56	2,90	2,83
35 a 39	10,72	14,84	17,25	18,78	15,50	16,84	17,79	13,90
40 a 44	35,21	33,47	29,30	26,87	31,25	17,00	22,36	28,48
45 ou mais	9,75	9,96	10,68	8,84	10,65	4,47	5,31	10,07
Desempregados	6,04	6,31	7,14	11,00	6,66	7,10	4,13	5,89
Inactivos	26,94	23,07	18,53	21,89	21,75	42,97	36,59	27,25
Sem pais nos núcleo	2,55	2,62	4,14	3,12	4,09	2,98	4,33	4,07
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Quadro 21

Crianças no ensino pré-escolar por sexo e idade (%), Portugal, 2001			
	HM	H	M
3 anos	36,94	36,77	37,10
4 anos	53,27	53,36	53,18
5 anos	66,52	66,54	66,50
3-5 anos	52,28	52,31	52,26

Quadro 22

Crianças no ensino pré-escolar por idade e região, 2001				
	3 anos	4 anos	5 anos	3-5 anos
Norte	32,39	49,23	62,80	48,21
Centro	47,52	63,74	71,58	61,03
LVT	37,54	52,19	65,29	51,61
Alentejo	46,93	62,82	74,15	61,23
Algarve	35,84	52,02	65,22	51,12
R.A. Açores	25,09	49,13	80,06	51,86
R.A. Madeira	31,76	53,93	78,43	55,41
Portugal	36,94	53,27	66,52	52,28

Quadro 23

Crianças no ensino pré-escolar por tipos de família, Portugal, 2001				
	3 anos	4 anos	5 anos	3-5 anos
Total	36,90	53,24	66,51	52,25
Família sem núcleo	29,69	39,10	55,97	42,62
Casal sem outras pessoas	39,11	55,67	68,66	54,52
Casal com outras pessoas	33,96	50,53	65,90	50,56
Casal de facto sem outras pessoas	29,40	42,59	54,90	41,88
Casal de facto com outras pessoas	27,12	40,23	51,69	39,26
Monoparental paterna	31,92	46,74	60,06	47,71
Monoparental materna	37,60	51,13	64,15	51,82
Avós/avós	31,62	48,88	60,35	48,39
Famílias com dois núcleos	30,21	48,76	63,67	46,85
Famílias com três núcleos	25,58	40,64	59,59	41,25

Quadro 24

Crianças no ensino pré-escolar segundo a dimensão da fratria co-residente, Portugal, 2001				
	3 anos	4 anos	5 anos	3-5 anos
não vive com pais	30,52	46,35	60,63	46,59
filho único	35,09	52,75	66,68	50,30
1 irmão	40,23	55,72	68,49	55,43
2 irmãos	36,50	51,03	64,76	51,47
3 ou + irmãos	28,24	44,41	56,69	44,32
Total	36,94	53,27	66,52	52,28

Quadro 25

Crianças no ensino pré-escolar segundo a instrução da mãe co-residente (%), Portugal, 2001				
	3 anos	4 anos	5 anos	3-5 anos
Sem nenhum grau de ensino	23,77	37,01	50,77	38,00
EB 1º ciclo	27,58	43,40	58,36	43,88
EB 2º ciclo	32,34	50,51	65,24	49,35
EB 3º ciclo	35,68	52,89	67,18	51,55
Ensino Secundário	42,22	59,32	72,39	57,57
Ensino Médio/bacharelato	56,48	72,83	83,75	70,58
Ensino Superior	61,10	77,67	86,12	74,48
Sem pais nos núcleos	30,13	45,81	60,13	46,24
Total	36,94	53,27	66,52	52,28

Quadro 26

Insucesso e abandono escolar nas crianças de 14 anos (%), por sexos e regiões, 2001													
NUTS II	Nível Instrução	11 anos			12 anos			13 anos			14 anos		
		HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Norte	a frequentar 1º ciclo	15,82	17,84	13,67	6,88	8,15	5,56	3,05	3,65	2,44	1,68	2,05	1,30
	a frequentar 2º ciclo	79,05	76,93	81,31	48,54	51,24	45,74	23,75	27,95	19,39	13,57	16,58	10,40
	não está a frequentar	2,62	1,56	1,39	1,74	1,77	1,72	2,43	2,39	2,47	4,58	4,77	4,38
Centro	a frequentar 1º ciclo	15,60	17,79	13,28	6,11	7,40	4,75	2,53	3,09	1,94	1,44	1,55	1,32
	a frequentar 2º ciclo	79,95	77,84	82,20	47,56	49,99	45,01	23,52	27,77	19,04	12,56	15,27	9,74
	não está a frequentar	1,18	1,17	1,20	1,40	1,30	1,51	1,54	1,54	1,54	2,70	3,06	2,32
LVT	a frequentar 1º ciclo	15,88	17,41	14,32	7,68	8,61	6,71	4,46	5,23	3,64	2,90	3,55	2,23
	a frequentar 2º ciclo	78,17	76,39	79,99	47,82	49,71	45,82	22,58	25,47	19,52	13,77	16,12	11,35
	não está a frequentar	1,16	1,28	1,04	1,29	1,36	1,21	1,55	1,70	1,40	2,59	2,68	2,50
Alentejo	a frequentar 1º ciclo	17,40	19,38	15,35	7,31	8,56	6,00	3,28	3,93	2,56	1,99	2,59	1,37
	a frequentar 2º ciclo	77,70	75,35	80,14	50,27	53,32	47,06	23,75	27,50	19,62	14,75	18,04	11,30
	não está a frequentar	0,94	1,00	0,88	1,71	1,62	1,79	2,13	2,16	2,10	3,40	3,59	3,20
Algarve	a frequentar 1º ciclo	18,66	22,22	15,01	8,44	10,17	6,64	3,62	4,38	2,81	2,56	2,94	2,18
	a frequentar 2º ciclo	75,98	72,39	79,66	48,32	51,14	45,39	25,25	29,47	20,82	16,31	19,89	12,70
	não está a frequentar	1,28	1,24	1,32	1,62	1,59	1,65	2,25	2,34	2,15	3,11	3,12	3,11
R.A. Açores	a frequentar 1º ciclo	30,54	34,83	26,08	15,15	19,16	10,96	7,17	10,09	4,02	4,05	5,20	2,80
	a frequentar 2º ciclo	63,71	59,89	67,66	49,60	49,20	50,03	34,05	37,83	29,95	22,10	26,76	17,02
	não está a frequentar	1,82	1,71	1,94	2,00	2,30	1,68	3,08	3,26	2,88	6,02	6,46	5,55
R.A. Madeira	a frequentar 1º ciclo	25,47	29,61	21,23	12,89	16,85	8,76	8,39	10,35	6,26	4,40	5,04	3,72
	a frequentar 2º ciclo	67,80	63,79	71,90	50,97	51,44	50,47	29,48	33,67	24,92	21,98	27,21	16,50
	não está a frequentar	1,38	1,49	1,28	2,14	2,83	1,42	2,19	2,10	2,29	3,88	4,46	3,28
Portugal	a frequentar 1º ciclo	16,73	18,82	14,56	7,51	8,86	6,10	3,71	4,48	2,89	2,21	2,66	1,74
	a frequentar 2º ciclo	77,94	75,76	80,22	48,34	50,61	45,97	23,93	27,71	19,94	14,15	17,08	11,10
	não está a frequentar	1,76	1,38	1,24	1,56	1,60	1,52	2,02	2,05	1,98	3,60	3,80	3,38

Quadro 27

Insucesso escolar nas crianças com 14 anos (%), segundo os tipos de família, Portugal, 2001										
	frequenta 1º ou 2º ciclo			frequenta 1º ciclo			frequenta 2º ciclo			
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	
Total	16,07	19,42	12,58	2,11	2,56	1,64	13,96	16,86	10,94	
Família sem núcleo	27,11	29,80	24,74	8,97	9,80	8,25	18,13	20,00	16,49	
Casal sem outras pessoas	13,78	16,84	10,55	1,47	1,80	1,13	12,31	15,05	9,42	
Casal com outras pessoas	16,62	19,89	13,30	2,12	2,45	1,79	14,50	17,43	11,51	
Casal de facto sem outras pessoas	25,59	31,33	19,67	5,31	6,51	4,08	20,27	24,83	15,59	
Casal de facto com outras pessoas	30,85	36,86	25,52	7,36	8,90	6,00	23,48	27,97	19,51	
Monoparental paterna	24,26	27,94	20,06	4,25	5,88	2,38	20,01	22,06	17,67	
Monoparental materna	20,25	24,25	16,25	2,99	3,75	2,24	17,25	20,50	14,01	
Avós/avós	23,52	27,25	19,37	3,68	4,42	2,86	19,83	22,82	16,51	
Famílias com dois núcleos	20,84	24,69	17,03	3,10	3,75	2,47	17,73	20,94	14,57	
Famílias com três núcleos	27,52	32,46	22,16	8,45	9,42	7,39	19,07	23,04	14,77	

Quadro 28

Abandono escolar nas crianças com 14 anos (%), segundo os tipos de família, Portugal, 2001										
	não está a frequentar									
	HM	H	M							
Total			3,61			3,82			3,39	
Família sem núcleo			10,26			7,45			12,71	
Casal sem outras pessoas			2,84			3,05			2,61	
Casal com outras pessoas			3,43			3,45			3,41	
Casal de facto sem outras pessoas			7,21			6,57			7,88	
Casal de facto com outras pessoas			9,15			11,23			7,32	
Monoparental paterna			5,89			6,25			5,47	
Monoparental materna			4,31			5,16			3,46	
Avós/avós			5,11			5,71			4,44	
Famílias com dois núcleos			6,24			6,38			6,10	
Famílias com três núcleos			15,26			16,23			14,20	

Quadro 29

Insucesso e abandono escolares nas crianças com 14 anos (%), segundo a dimensão da fratria co-residente, Portugal, 2001						
Dimensão da Fratria	frequenta 1º ou 2º ciclo			não está a frequentar		
	HM	H	M	HM	H	M
não vive com pais	31,32	36,62	26,16	7,11	6,79	7,43
filho único	12,69	15,64	9,74	2,64	2,84	2,44
1 irmão	12,71	15,57	9,71	2,25	2,47	2,02
2 irmãos	18,76	22,67	14,54	4,47	4,72	4,19
3 ou + irmãos	31,15	36,25	25,81	9,14	9,45	8,82
Total	16,36	19,74	12,84	3,60	3,80	3,38

Quadro 30

Insucesso e abandono escolar nas crianças com 14 anos (%), segundo a instrução da mãe co-residente, Portugal, 2001						
	a frequentar 1º ou 2º ciclo			não está a frequentar		
	HM	H	M	HM	H	M
Sem nenhum grau de ensino	32,82	38,03	27,20	10,37	10,38	10,35
EB 1º ciclo	18,76	23,20	14,19	4,31	4,75	3,86
EB 2º ciclo	12,00	14,97	8,96	2,09	2,15	2,02
EB 3º ciclo	8,78	10,47	7,02	1,38	1,51	1,24
Ensino Secundário	8,96	10,39	7,39	0,70	0,72	0,69
Ensino Médio/bacharelato	7,73	9,17	6,13	0,53	0,41	0,66
Ensino Superior	6,21	7,07	5,33	0,53	0,54	0,53
Sem pais nos núcleos	31,07	35,67	26,44	6,59	6,77	6,40
Total	16,36	19,74	12,84	3,60	3,80	3,38